NOVELLAE OLIVARUM

ANO XVI NÚMERO 162 JULHO 1959

ADAPTAÇÃO DAS IGREJAS ANTIGAS ÀS NECESSIDADES DA PASTORAL MODERNA — Avelino Rodrigues 177

DOCUMENTO — *Normas do Episcopado Alemão para a construção de igrejas* 195

SOCIOLOGIA RELIGIOSA — *Alguns aspectos da geografia humana da Diocese de Faro* — Júlio Tropa 201

CRÓNICA — Diamantino Marques 210

CASA PEYROTEO

Artigos de 1.ª qualidade

— Para —

TODOS OS DESPORTOS

Socidel — Soc. Com. de Artigos de Desporto L.da

RUA NOVA DO ALMADA, 52

LISBOA

Cem anos!

VELAS DE CARDIGOS

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

Telef. 5-B. Baixa-CARDIGOS

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo clero do continente, Ilhas e Províncias Ultramarinas

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

PREMIADA EM 7 EXPOSIÇÕES
4 ESTRANGEIRAS E 3 NACIONAIS

NOVELLAE OLIVARUM

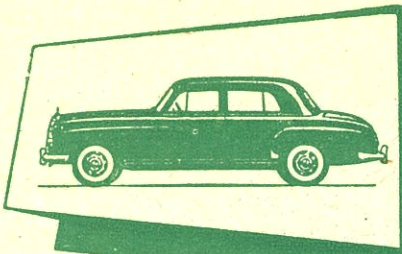
REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS

Director — FERNANDO MICAEL
Redactores — AVELINO PINTO — ANTÓNIO SERRÃO
Administradores — ANTÓNIO DOS REIS — JOÃO DO NASCIMENTO
Proprietário e Editor — ADALBERTO R. FONTES
Com a aprovação da autoridade eclesiástica

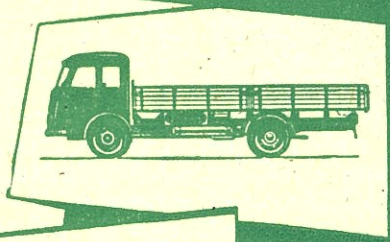
Tipografia — União Gráfica — Lisboa

MERCEDES - BENZ

AUTOMÓVEIS
com motor a gasolina
e diesel



CAMIÕES DIESEL
para todas as cargas



AUTOCARROS
DIESEL
para 33/35 e 41/43
lugares

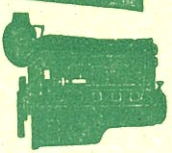




UNIMOG
tractor para todo o ter-
reno, para fins agrícolas
e industriais



MOTORES MARÍTIMOS
E INDUSTRIAIS
para todos os fins e aplicações



Representantes

C. SANTOS L.DA

LISBOA PORTO COIMBRA BRAGA

O Café d'A Mariazinha
é inconfundível em cor,
aroma e paladar.
O nome d'A Mariazinha
é segura garantia
Rua Barros Queiroz, 28
Lisboa-2
Av. Rio de Janeiro, 25-B
— Frente à Igreja —
Lisboa-5

JÚLIO GOMES
FERREIRA & C.ª
LIMITADA

Casa fundada em 1832

A casa mais antiga do País no seu género

Lustres, Lanternas, Placas, Castiçais, Lâmpadas, Suspensões, Lampadários, Banheiras, Caldeiras, Esquentadores, Fogões de cozinha

Instalações sanitárias, Casas de banho, Pára-raios, Aquecimento central, Ascensores, Ventilação, Eléctricas, Contra incêndios, Telefone, Todos os trabalhos em latão e ferro forjado. CROMAR, PRATEAR, NIQUELAR, BRONZEAR.

166, RUA DO OURO, 170
17, RUA DE S. TIAGO, 19
LISBOA

Vendas a pronto e a prestações

Sociedade
Industrial
Metalúrgica

S. A. R. L.

SERRALHARIAS

Rua de S. Tiago, 13 — LISBOA

TUDO
PARA JOGOS
E DESPORTO

CASA SENNA
FUNDADA EM 1834

Rua Nova do Almada, 48-52
Telefone, 23437
LISBOA-2

Adaptação das igrejas antigas às necessidades da pastoral moderna

INTRODUÇÃO

«Os reitores das igrejas têm a seu cargo um património sagrado no sentido próprio da palavra. Estas igrejas onde o Santo Sacrifício é celebrado, onde Cristo habita, onde o povo se santifica, estes objectos benditos que entram na realização dos actos do culto — merecem veneração e amor. Demandam um zelo piedoso» (Card. Suhard).

Este zelo tem de exercer-se necessàriamente em várias linhas, consoante as diversas obrigações frente à igreja antiga. Assim:

1) O padre tem de conservar a igreja antiga, não apenas por ser um valor histórico ou artístico, mas também por ser um património sagrado que nos deixou a fé dos nossos maiores — e isto implica um trabalho de *conservação*.
2) Mas como a igreja é sobretudo uma coisa viva destinada a alimentar a fé dos cristãos actuais, o padre não pode limitar-se a conservar o depósito do passado, mas tem de o tornar capaz de satisfazer as necessidades da comunidade actual. Ora a comunidade actual pode ser levada a tomar consciência de que o estado da igreja não satisfaz plenamente a estas necessidades. E isto por três razões:

    a) Porque há certos contributos do passado que não foram felizes e que os cristãos de hoje sentem serem erros — e isto implica um trabalho de *purificação*.
    b) Porque há certas soluções do passado que, embora acertadas para o seu tempo, são hoje incómodas por terem mudado os interesses da comunidade — e isto implica um trabalho de *mudança* ou de *adaptação*.
    c) Porque a comunidade de hoje tem certamente exigências novas que precisam de uma resposta na igreja — e isto implica um trabalho de *completamento* ou de *revalorização*.

PRESSUPOSTO NECESSÁRIO

Aceitando, como uma evidência, que a obra deve adaptar-se ao culto e ao homem e não vice-versa, é claro que todas estas obras se devem fazer de maneira a tornar a igreja o mais acomodada possível à sensibilidade actual (1). Nem outra coisa seria possível na arte da igreja, arte essencialmente comunitária. É por isso que todos estes arranjos se deverão fazer de acordo com os princípios do gosto e da sensibilidade actuais. Estes princípios no caso concreto poderão reduzir-se a dois: preocupação de *verdade* e preocupação de *simplicidade*. Na arquitectura moderna esta preocupação de verdade manifesta-se no primado do funcional (2), na redescoberta da arquitectura como espaço, na busca de pureza que rejeita os artificialismos e falsidades. À simplicidade repugnam as decorações e ornamentos redundantes, que não só irritam por serem indiscretos, mas até podem prejudicar a própria função da obra desviando para si as atenções devidas ao centro do culto ou estragando o efeito do espaço na medida em que não respeitam o valor funcional das superfícies que o delimitam.

AMPLITUDE DA QUESTÃO
O PROBLEMA JURÍDICO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

O problema põe-se não apenas para os monumentos nacionais, mas para a maior parte das igrejas antigas que, sendo mais modestas, nem por isso merecem menos atenções. «Não há dúvida — nota o Cón. Martimort — que as paróquias que têm por igreja uma jóia românica ou gótica se sentem atacadas muitas vezes duma psicose de velhice, para a qual tudo contribui: estátuas relicários, vitrais, etc.»

No caso de «monumentos nacionais», pela própria natureza dos mesmos e em virtude da actual política de restauração, o problema é bastante mais delicado. Nestas igrejas, embora em princípio o clero não possa tomar a seu cargo os trabalhos de

---

(1) Falo de sensibilidade e não de falta de sensibilidade. O mau gosto não tem os direitos que só são devidos ao autêntico bom gosto, porque ele é apenas uma falta de sensibilidade.

(2) Para nós, a funcionalidade não é apenas aquela preocupação racional de satisfazer mecânicamente à finalidade da obra. Uma igreja pode não estar bem estruturada «funcionalmente», embora ofereça comodidade, luz e calor, que permitam celebrar lá todos os actos de culto. Isto que seria uma funcionalidade puramente material, é necessário mas não basta, porque o homem não é apenas razão; é também sensibilidade. Nos actos de culto a sensibilidade desempenha um papel preponderante. E uma visão humanista da vida e do homem não o pode esquecer. É por isso que o lugar do culto não pode ser apenas um lugar que permita a reunião de muito povo, à semelhança dum barracão, duma sala de cinema ou dum estádio de futebol que a Autoridade Eclesiástica deputou extrìnsecamente para o serviço religioso. A sensibilidade precisa de ser ajudada por um ambiente de mistério que, no fundo, é a radiação expontânea da fé e da graça na obra realizada pelo cristão. Para que esta radiação possa ser acessível aos outros homens, numa linguagem humana, o artista tem de materializá-la, tem de a plasticizar, tem de a tornar símbolo. Para isso, o artista tem de *informar* com ela a obra material que tem de fazer. Sobre a obra material fica a brilhar a radiação da fé e da graça, à escala humana. E o resultado final é que esta obra é bela, é arte cristã, e pode ser arte cristã comunitária.

E tudo isto entra dentro da função. Pode dizer-se, por isso, que, na igreja, a presença de arte (e de arte cristã comunitária) é tão funcional e portanto tão necessária como as próprias paredes.

«conservação, reparação e restauração», a verdade é que ele tem a dizer uma palavra à qual o Estado dá grande importância, porque dela pode depender a boa realização da obra.

Pela letra da Concordata, vê-se claramente como se teve em conta salvaguardar a funcionalidade das igrejas em questão. O Estado obrigou-se, para isso, a atender a palavra das Autoridades Eclesiásticas. Noutra coisa seria razoável, já que a igreja continua obra viva ao serviço da comunidade cristã.

De facto, embora a Igreja tenha cedido ao Estado a propriedade legítima das igrejas classificadas como «monumentos nacionais», só o fez com a condição de elas ficarem afectadas «permanentemente ao serviço da Igreja». Por isso ficou estabelecido na Concordata: «ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração *de harmonia com plano estabelecido de acordo com a Autoridade Eclesiástica, para evitar perturbações no serviço religioso;* à Igreja incumbe a sua guarda e *regime interno*» (art. 6.º).

Quer dizer: a Igreja cede o domínio legítimo destes bens, mas reserva-se o direito da sua utilização: só poderão ser utilizadas para o serviço religioso. E esta utilização deverá fazer-se segundo as normas exclusivas da Igreja, uma vez que o Estado é incompetente em tal matéria. Por isso o Estado não poderia deixar de reconhecer à Igreja, além do direito de guardar os templos à sua vontade, outros dois direitos destinados a garantir a integridade do culto:

1.º — poder exclusivo no regime interno;

2.º — faculdade de coordenar, de acordo com o Estado, os planos de todas as obras a realizar na igreja, a fim de que estas venham ao encontro da função da mesma (i. é, do serviço religioso), em vez de a virem perturbar.

Evidentemente, cabe apenas à Igreja (e não ao Estado) designar o que é que pode bolir com o serviço religioso.

Até agora não consta que se tenha procurado este entendimento entre os representantes das duas altas partes contraentes. E, se muitas vezes os funcionários dos M.N. procedem com um autoritarismo discreccionário, manda a verdade dizer-se que boa parte da responsabilidade recai sobre os homens da Igreja. Há infelizmente muito clero sem a mínima preparação artística que tem estragado e vendido autênticas obras-primas; por outro lado, a Igreja não se tem sentido com suficiente competência artística que lhe desse «autoridade moral» para exigir o cumprimento das disposições concordatárias.

Por isso a Igreja, neste ponto, tem andado desacreditada perante os organismos estatais, a ponto de terem caído sobre o Estado todas as responsabilidades das obras de restauração. E quem se admira que os arquitectos (ou os engenheiros?) dos M.N. não conheçam as necessidades pastorais da Igreja de hoje?

Interessa pois que a Igreja ganhe autoridade nesta matéria, para poder depois falar. E portanto é necessário que as Comissões Diocesanas de Arte Sacra procedam a um estudo aturado da técnica e da arte do restauro. Este nosso trabalho não pretende senão despertar o interesse para esse estudo mais aprofundado.

Notemos desde já que até certo ponto é natural uma colisão de critérios entre os dois poderes interessados. Para o Estado, o monumento é apenas um valor do passado, testemunho religioso de valores antigos que importa conservar por amor à tradição nacional. A sua *conservação* é pedida por um motivo de nacionalismo ou

de estética ou de turismo, como acontece com outras atracções de museu. Para a Igreja, porém, o templo artístico ou histórico é sobretudo um valor do presente: é uma coisa viva, destinada a alimentar a vida dos cristãos actuais, que portanto não basta conservar, mas é preciso revalorizar, de maneira a que ele possa comportar as exigências todas da pastoral moderna. O Estado conserva o valor artístico e histórico do passado; A Igreja, zelando também o valor do passado, quer acrescentar-lhe valores do presente. É por isso que os serviços do Estado só falam em conservação, reparação e restauração, ao passo que a Igreja, para que os templos possam permanecer devidamente «afectados ao serviço religioso», tem de falar também de acrescentamentos, de adaptações, de revalorizações.

Aqui, como sempre, a Igreja nunca é levada primordialmente por razões de nacionalismo, estetismo ou arqueologismo, mas sobretudo por uma razão pastoral.

Na realidade, porém, o antagonismo não deve ser tão radical como parece à primeira vista, pela razão simples de que o Estado não tem interesse algum em ver os monumentos mumificados, num ambiente de cemitério. Supomos que deveriam ser subscritas estas palavras do Comissário Geral do Turismo Francês: «a conservação não basta; é possível conservar (as igrejas) como cadáveres embalsamados, ruinas, cinzas, santuários mortos. Mas o que importa é a vida. A beleza das igrejas de França, como aliás de todos os monumentos, não atinge a sua plenitude senão na vida; e só as manifestações do culto podem conservar nestas construções a sua vida natural» (3). Se o culto hoje tem novas exigências, nada mais lógico do que tornar a igreja apta às novas exigências do culto.

Portanto se a Igreja quiser cumprir o dever de colaborar com o Estado na elaboração dos projectos de restauro, tem de saber claramente quais as implicações plásticas da sua razão pastoral. Desta maneira o Estado verá facilitado o seu trabalho, para bem do monumento, do culto e do prestígio artístico nacional. É pois necessário que os homens da Igreja possuam um critério seguro de restauro que se possa confrontar com o critério dos M.N. E neste campo é de facto uma felicidade que as modernas ideias de restauro tenham tanto em conta acomodar o monumento às mudanças acidentais da sua função.

Vamos tentar dar uma ideia dos princípios gerais do restauro moderno:

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Antes de mais convém definir o que se entende por «restauro». O conceito de restauro-reconstituição a que estamos habituados, nasceu no séc. XIX, quando o Romantismo chamou a atenção para os monumentos medievais então arruinados e quis reintegrá-los na sua pureza primitiva. É por isso o conjunto das técnicas necessárias para fazer voltar o monumento à sua fisionomia primitiva.

Este conceito não se pode generalizar hoje em dia e por isso, para muitos mo-

---

(3) Cfr. Rev. «*Art Sacré*», 1947, n.º 3, pág. 53.

dernos, até a própria palavra é inaceitável. Em vez do restauro-reconstituição, tem já hoje foros de cidade o conceito de restauro-revalorização, que se pode definir assim: qualquer intervenção artística na obra de arte antiga que a torne capaz de satisfazer plenamente à sua função.

LIMITES DO ESTUDO

Notemos desde já que não é possível estabelecer «a priori» uma doutrina abstracta do restauro que traga uma resposta para cada caso concreto. Há uns tantos princípios gerais que se aplicam com bastante elasticidade, segundo o estado do monumento e os dotes pessoais do artista restaurador. Mas não há aqui receitas completas.

Isto não equivale a dizer que não deve haver método algum ou — o que viria a dar no mesmo — que há tantos métodos quantos os casos concretos. A doutrina do «não método», do «caso por caso» — como nota paradoxalmente um dos teóricos do restauro moderno — «é uma praxe que só pode ser seguida por quem já não precisa de método algum» (4). Afora os casos raríssimos de artistas da craveira de Ambrogio Annoni, a teoria do «não método» constitui um grave perigo: permite um empirismo relativista frente a cada caso que deixa campo aberto a possíveis interpretações livres e contraditórias, sobretudo nos casos frequentes em que a ignorância e a incapacidade são companheiras do zelo e da boa fé. Nestes casos a teoria do «não-método» seria comparável a uma arma nas mãos de quem a não sabe usar(4).

O estudo desta matéria não pode ter pretensões a esgotar todas as possibilidades de restaurar e sobretudo não pode aspirar a estabelecer em abstracto as soluções dos casos particulares, porque estes são todos diferentes entre si. Quando muito apenas se poderão examinar casos típicos e indicar para eles qual o partido a tomar. A solução verdadeira e definitiva só poderá todavia ser tomada diante de cada monumento. Annoni dizia com manifesto exagero que, no fundo, «é o próprio monumento que se restaura a si mesmo».

I — CONSERVAÇÃO

O trabalho de conservação é mais um problema de bom senso do que pròpriamente de arte. Nunca se dirá suficientemente quanto tem sido perniciosa e pouco esclarecida a actuação de alguns eclesiásticos que venderam aos antiquários, por um preço ridículo e sem licença da competente autoridade eclesiástica, imagens, quadros e móveis antigos das igrejas, fazendo-os depois substituir por outros objectos sem qualquer valor religioso ou artístico, que só servem para estragar ainda mais o gosto e a autêntica piedade popular.

A Igreja tem normas rígidas sobre as alienações de obras antigas ou artísticas,

---

(4) Cfr. Carlo Perogalli, *Monumenti e Metodi di Valorizzazione*, pág. 94. Este livro serviu de ponto de partida para a elaboração das ideias sobre restauro ou «revalorização», expressos neste artigo.

que nenhum reitor de igreja pode desconhecer ou desprezar sem ficar com a sua consciência onerada.

No que se refere à conservação do próprio edifício, deve-se procurar que os pequenos desarranjos sejam reparados prontamente. Quantas vezes a substituição oportuna duma telha partida não será o bastante para se evitarem estragos catastróficos no futuro!

Entra ainda neste capítulo o problema da ornamentação da igreja. Muitas vezes a igreja não precisa de ser revalorizada, mas pede apenas que os seus valores antigos não sejam ocultados por uma ornamentação descabida. Neste caso, nada mais é preciso senão um pouco de bom gosto para descobrir os valores antigos e depois pô-los em relevo por uma *ornamentação simples mas cuidada,* que sublinhe o valor do santuário e do altar.

Muitas vezes, embora o conjunto do monumento esteja em perfeito estado, há partes que estão em perigo de desabar e precisam por isso de um trabalho de CONSOLIDAMENTO que lhe garanta a estabilidade. Já vai longe o tempo em que era comumente aceite a solução de Viollet-le-Duc e mesmo de Luca Beltrami, os quais entendiam que nos trabalhos de consolidamento se deviam empregar apenas materiais antigos, de maneira que a intervenção não se ficasse a conhecer. Foi na Conferência de Atenas (1931), que por razões práticas se aconselharam, pela primeira vez claramente, os materiais modernos, «muito especialmente o cimento armado», mas com a condição de ficarem «dissimulados». Alguns modernos entenderam que estes materiais modernos deviam ser absolutamente visíveis, distintos logo à primeira vista, de modo que o arqueólogo pudesse separar logo o que era antigo do que era moderno. Mas esta posição polémica (5) não poderia vingar, porque assim o monumento ficaria um óptimo objecto de estudo arqueológico-histórico mas perderia a sua unidade artística. Por isso a posição actual é muito mais equilibrada: utiliza os materiais modernos (ferro, cimento em vigas e injecções etc.) de maneira patente e segundo as suas leis próprias (para não prejudicar o valor histórico do monumento), mas evita as desarmonias de cor, volume e forma para não adulterar a unidade artística.

II — PURIFICAÇÃO

A maior parte das nossas igrejas precisa porém de arranjos muito mais delicados. Quantas vezes, preciosas jóias da arquitectura medieval ou renascentista apresentam uma fisionomia desagradável em virtude de estarem mascaradas com sobreposições

(5) O leitor deve notar que apresentamos a doutrina do restauro artístico, não duma forma estática, mas dinâmica, segundo a maneira dialética como a própria doutrina se foi formando. Isto não é um artifício; corresponde à verdade dos factos. Em vez de criticar, uma por uma, as várias maneiras de restaurar, ainda hoje em vigor nalguns países, para assentar depois na que parecesse mais lógica, preferimos um método, por assim dizer dialético, — o que nos parece oferecer duas vantagens: 1) examinando a História da doutrina do restauro, veremos que as ideias actuais não se improvisaram mas são a síntese duma evolução histórica, que, de algum modo, lhes dá fundamento; 2) ao mesmo tempo, veremos que certas maneiras de restaurar, ainda hoje usadas, são a conservação reaccionária de fases antigas desta doutrina, as quais foram necessárias no seu tempo, para que as ideias se fossem apurando, mas se encontram hoje ultrapassadas e condenadas pela evolução dialética da doutrina.

adventícias sem valor. Estes monumentos precisam duma operação de limpeza que os purifique dessas inovações introduzidas em épocas de mau gosto.

Um caso flagrante é o de certas paredes de pedra talhada ou de mármore que foram cobertas de estuque, o qual veio a receber depois uma pintura fingindo mármore ou pedra talhada. Não é preciso dizer que o ambiente de oração da igreja depende sobretudo da perfeita estruturação do espaço e que este pode ser completamente mudado se mudarem a cor e a luz que são por assim dizer a alma do espaço arquitectónico. Aquele espaço foi pensado para ter aquela luz e aquela cor; se a cor natural da pedra ou do mármore deixou de existir é natural que o espaço — e o clima de oração — daquela igreja tenham ficado prejudicados.

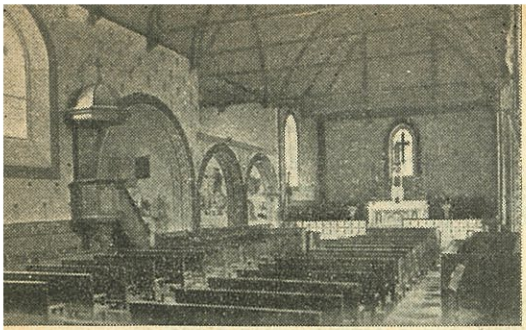
Mas como se isto não bastasse, o estuque aparece quase sempre pintalgado com motivos naturais ou simbolismos pretensiosos que mais não fazem que alterar o valor funcional da parede na delimitação do espaço. O altar-mor que devia ser o centro de convergência da vida comunitária, é ocultado por frontais de mau gosto ou transformado em suporte de numerosas imagens, flores e castiçais. A «balaustrada da comunhão», que devia delimitar o santuário sem o isolar do corpo da igreja, toma às vezes a forma duma larga «mesa de comunhão», que mal permite a vista do altar. Quadros de via-sacra, grandes demais (e feios demais sobretudo) pendem desajeitadamente das paredes da nave. Estas mesmas paredes têm uma cor enegrecida, que às vezes se confunde com a «patine» mas não passa do fumo das velas ou de montes de pó secular. A luz não entra em quantidade suficiente porque as janelas foram tapadas com construções adventícias ou com vitrais muito escuros. Num ou noutro caso, há capelas, altares ou retábulos posteriores ao resto da obra, sem preocupação de integração artística.

Perante estes males, que deverá fazer o reitor da igreja? Em primeiro lugar, tomar consciência do mal e convencer os fiéis de que aquilo assim não está bem. Depois tentar purificar a face da igreja de tudo o que contraria o seu clima religioso ou artístico. Mas como?

Quando nasceu a teoria do restauro entendia-se que tudo o que não foi pensado pelo primeiro construtor não tinha direito a viver com a obra antiga. Por isso eram suprimidos todos os acrescentos adventícios, procurando reduzir tudo à fisionomia primitiva, ao estilo único. Este preconceito do estilo único foi responsável por enormes barbaridades: viram-se desaparecer belas fachadas renascentistas (como aconteceu em S. Lourenço de Paris), capelas, torres, retábulos valiosos apenas porque não foram previstos pelo primeiro construtor(!). Desta maneira, a partir de Viollet, muitos restauradores foram autênticos vândalos civilizados (6).

Logo de início houve quem se insurgisse contra a teoria demolidora. Anatole France dizia irònicamente aí por meados do século: «antigamente os arquitectos demo-

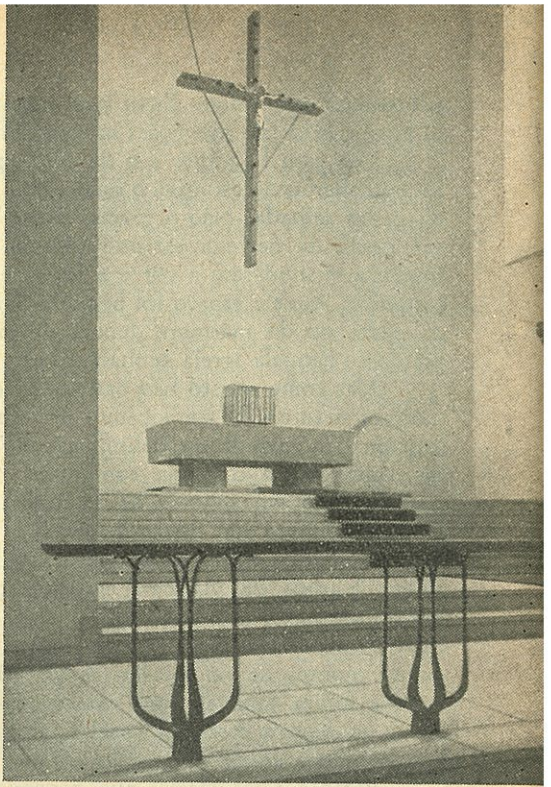
(6) É preciso que o leitor não fique com uma ideia desprimorosa acerca de Viollet. De facto, foi ele quem lançou a teoria do «estilo único». Esta foi sem dúvida a sua maior falta. Todavia é preciso fazer justiça ao seu nome: esta falta foi resgatada de algum modo pelo zelo e amor que dedicou aos monumentos, salvando do desmoronamento, Notre Dame de Paris, Vézelay, Chartres, Amiens, etc. Apesar de tudo, foi um grande arquitecto. Não o poderemos condenar por ele não ter atingido na sua inteireza uma ciência que ele tinha começado a fundar. Além disso, a principal responsabilidade nas destruições de artísticos acrescentos adventícios cabe aos seus continuadores e não ao próprio Viollet.



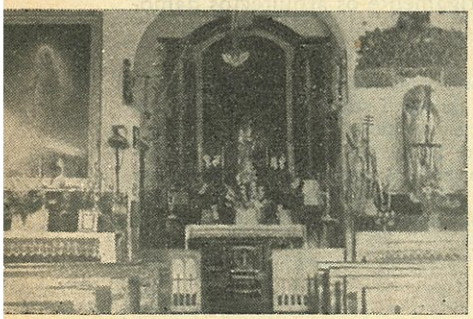
Antes

Depois

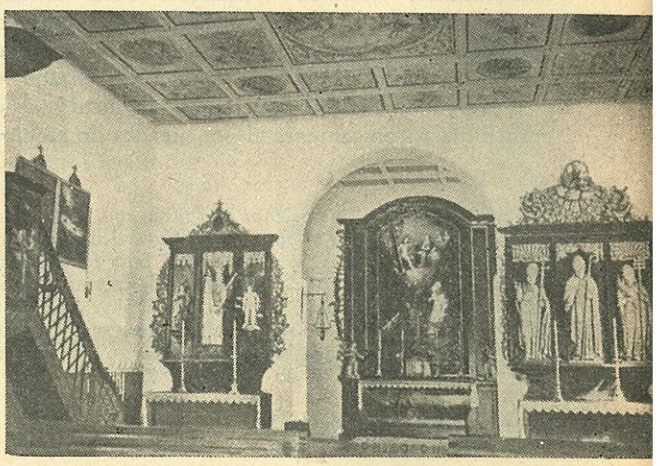




NANÇAY (Cher — França) — Um esforço comunitário de todos os paroquianos com o pároco à frente deu a esta igreja uma nobreza sóbria francamente inspirada na pastoral litúrgica e no senso artístico moderno. Notar a posição dos castiçais para a celebração «versus populum» e o emprego racional da electricidade como elemento de ornamentação festiva.

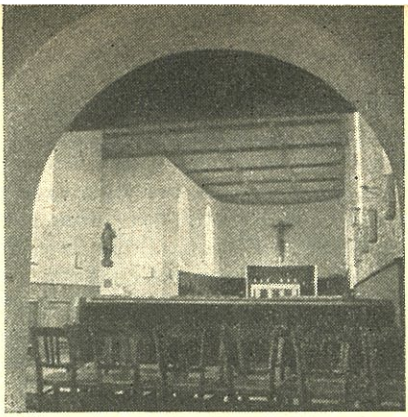


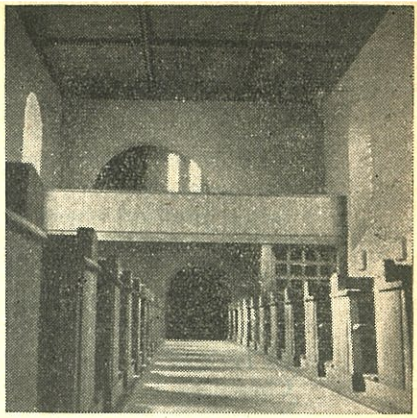
Antes



Depois

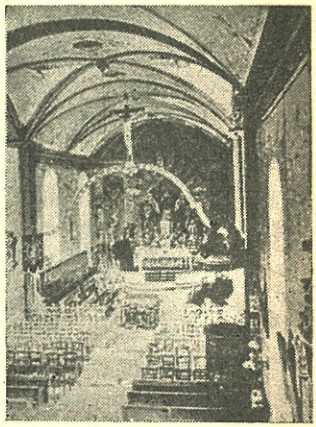
COLÓNIA — KALK — Igreja de S. Maria, recomposição artística de Rudolf Schwarz, segundo todas as possibilidades do gosto moderno. Notar a imponência do altar-mor e a delicadeza do desenho da balaustrada da comunhão.



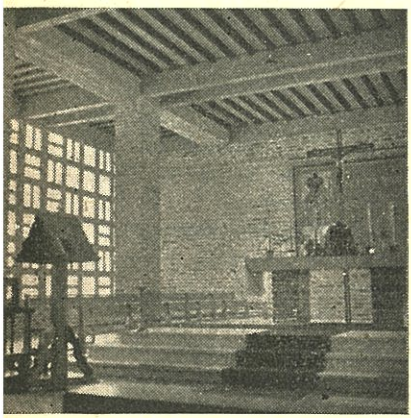


Depois

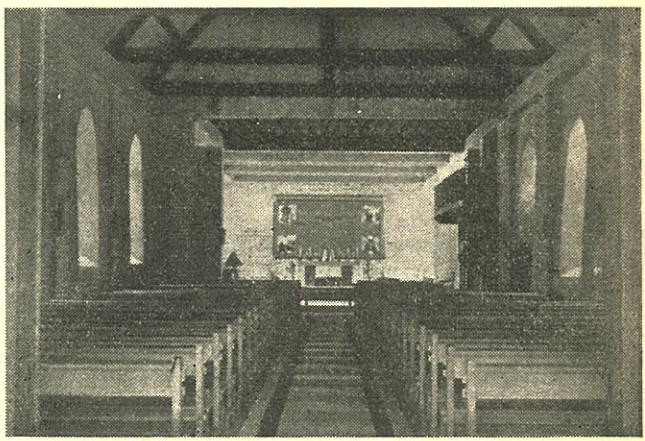
Antes →



AGNEAUX (Manche — França) — A abóbada neo-gótica ruíu com a guerra, sepultando um amontoado de todos os requintes de mau gosto dos séculos passados. O arq. Jacques Prioleau recompôs a igreja em estilo moderno, adoptando um partido simples que respeitou os valores antigos.



QUIBOU Manche — França) — Os arq. Tougard e Cochepain, com discreção e simplicidade, aproveitam a técnica do betão armado para iluminar lateralmente o santuário. A abóbada gótica destruída foi substituída por um tecto humilde mas digno, com a estrutura moderna à vista, como é comum nestas igrejas antigas. O conjunto tem uma grande nobreza.



SONDERSDORF (Alto Reno) — Exemplo perfeito de limpeza e reintegração artística. Notar a inteligente recomposição moderna dos retábulos (aproveitando os restos antigos- e a supressão dos elementos sem valor.

liam para fazer novo, hoje demolem para fazer velho». E logo em 1849, o governo francês se viu obrigado a intervir contra os abusos desta teoria: «o princípio primeiro e inflexível consiste em não inovar absolutamente nada», nem suprimir nada nem mesmo os defeitos «porque as irregularidades, os desvios e defeitos de simetria são factos históricos cheios de interesse». E o Ministro dos Cultos terminava categòricamente: «nem acrescentos nem supressões!» Por essa altura, estas palavras não foram respeitadas. Mas foi nesta linha da razão histórica que estas supressões de acrescentos adventícios vieram a ser abandonadas no futuro. Foi assim que a Conferência de Atenas e pouco depois em Itália a famosa «Carta do Restauro» proibiram a supressão de qualquer acrescento com valor artístico *ou* histórico, qualquer que seja a sua época. Chegou-se a um tempo em que o próprio contraste de estilos foi considerado como um enriquecimento do monumento, enquanto representa a história viva do mesmo ao longo dos tempos. Como se vê estamos precisamente numa antítese em relação a Viollet.

Já era de supor todavia que esta posição endurecida não seria a definitiva. Logo veio a posição moderna, mais moderada, a fazer a síntese das soluções anteriores: o respeito pela história do monumento, pelas obras de arte de qualquer tempo e pela memória dos nossos maiores, leva-nos hoje a conservar todos os acrescentos de valor histórico apenas «quando não mascarem nem ofendam imagens de verdadeira beleza» (Roberto Pane). Mas se um acrescento de valor histórico, prejudica o valor artístico do conjunto, deve ser suprimido sem piedade. «Se mesmo o feio pertence à história, isso não justifica que lhe dispensemos os mesmos cuidados que só são devidos à beleza» (R. Pane).

Mesmo que um pormenor em concreto seja objectivamente artístico, mas prejudique a funcionalidade da obra (balaustradas do séc. XVIII, cadeirais, grades, vitrais muito escuros etc.), o seu lugar não é na igreja porque como adverte o Card. Verdier, «a igreja não é museu». Mas seria imperdoável destruir estas obras; o ideal seria guardá-las perto do seu ambiente natural numa sala contígua adaptada a museu.

Neste esforço de purificação convém não esquecer que, por vezes, o óptimo é inimigo do bom. Antes de suprimir qualquer coisa devemos lembrar-nos que os antigos deviam ter uma razão qualquer para introduzirem essa coisa na igreja. Pode bem ser que a razão perdure e não haja outra possibilidade de a remediar.

Vejamos alguns exemplos: Em princípio é aconselhável colocar à entrada do coro os ambões para a pregação, em vez dos púlpitos a meio da assembleia. Todavia isso pode ser contra-indicado para a acústica de algumas igrejas.

Outro exemplo: já dissemos ser em princípio vantajoso limpar o estuque dos muros de pedra. Mas pode acontecer que determinada igreja ganhe um ambiente de tristeza (e fique com o espaço estragado, se ele foi concebido com o estuque), depois de se lhe tirar o estuque. É o caso comum das paredes de alvenaria. Neste caso, se o estuque é mau, será aconselhável deitá-lo a baixo e chamar um pintor ou um bom colorista que ajude o arquitecto a dar vida ao espaço pela luz e pela cor.

Esta operação de limpeza deve estender-se também ao exterior. E mesmo pelo ambiente circundante devem ter-se os mesmos cuidados que se teve pelo interior do edifício: «supressão de toda a publicidade, da sobreposição abusiva de paus e fios telegráficos, de toda a indústria ruidosa ao redor» (Conf. de Atenas).

III — REVALORIZAÇÃO

ENRIQUECIMENTO

A maior parte das igrejas antigas, depois de limpas daquilo que as prejudica, precisam de um trabalho de completamento ou revalorização. Isto implica não só repor no seu lugar as obras antigas que tinham sido afastadas para as caves ou para os sótãos, mas implica sobretudo abrir as portas da igreja à vida da comunidade e deixar que esta se manifeste em expressões artísticas de acordo com a sensibilidade moderna.

Se formos ver os recheios das nossas igrejas, notaremos que elas se foram enriquecendo, a pouco e pouco, com estátuas, quadros, móveis e alfaias de todos os estilos do passado — o que só manifesta que elas estiveram vivas ao longo dos tempos. É preciso que os vindouros, ao olharem para as nossas igrejas, possam dizer também que a comunidade cristã esteve viva nos nossos dias e deixou para a história um contributo positivo. Eis uma conclusão que Viollet nunca poderia tirar.

Permita-se pois aos bons artistas de hoje a possibilidade de entrarem no templo. Escusado será dizer que o deverão fazer com grande modéstia e respeito pelo passado, como escreveu o escultor Philipe Kaeppelin a propósito dos seus trabalhos no santuário de St.ª Ana da Palestina. «J'ai essayé de m'en tirer comme je l'ai pu, avec beaucoup de crainte, car c'est une tâche redoutable de prendre place dans une architecture si belle de simplicité et si lourde de souvenirs! Dieu veuille que je n'aie commis aucun sacrilège!...» Mas quando se tenham estes cuidados chame-se um bom artista para desenhar o altar moderno que há-de substituir o neo-gótico. Ou então para decorar uma capela lateral ou para fazer um quadro ou uma imagem (7). (Sobre a integração do novo no antigo falaremos adiante ao tratarmos dos acrescentamentos). Desta maneira se evitará a«psicose de velhice» que ataca as paróquias com igrejas antigas..

Até mesmo as técnicas modernas vieram dar novas possibilidades de enriquecimento: as grilhagens de betão permitem um melhor estudo da luz natural; a luz eléctrica torna possível conservar mesmo de noite o efeito do espaço interno; o ferro pode usar-se em vigas e colunas, tornando mais fácil uma estruturação moderna.

CRESCIMENTO

Partindo ainda da função da igreja que está ao culto, devemos encarar ainda outra possibilidade de revalorização: os crescimentos da igreja e das suas dependências.

---

(7) É preciso não dar demasiado assentimento a uma certa tendência rigorista que gostaria de ver núas as nossas igrejas. Isso não está conforme com a tradição cristã nem é legítimo senão quando não é possível decorá-las sem estragar o espaço. Porque este é o principal valor da arquitectura. Mas, para se criar um ambiente mais quente, é normalmente necessário criar à base da iconografia, uma decoração que se vê conta das exigências psicológicas da sensibilidade humana.

A pastoral moderna colocou na ordem do dia o Centro Paroquial (composto da igreja e de todas as obras pedidas pela vida social da comunidade cristã), como sendo exteriormente a concretização plástica da vida da paróquia. Como esta vida evolui, o Centro tem de evoluir também. Se a paróquia tem como centro da vida religiosa, uma igreja antiga de valor artístico, nem por isso a sua vida pode estagnar. Com o evoluir desta, aparecem novas necessidades que não se podem ignorar. Admitindo que boa parte dos serviços sociais da paróquia se devem desenrolar junto da igreja ou havendo necessidade de aumentar a capacidade da mesma, teremos de encarar a hipótese de se construirem anexos novos e de se acrescentarem partes novas à própria igreja.

Em que estilo se deverão construir?

Evidentemente que aqueles que não vêem no monumento mais que um testemunho do passado rejeitarão sistemàticamente qualquer crescimento. Foi o que aconteceu nos tempos do restauro romântico e do restauro histórico. Esta solução, à base da lógica e do que temos vindo a dizer, apenas pode ser aceite para os monumentos mortos, mas não para aqueles que ainda estão a uso duma comunidade de homens. Já atrás dissemos que não parece lógico que o homem se tenha de adaptar à obra antiga, em vez de se tornar esta capaz de satisfazer as novas exigências do homem. Foi por esta razão que a intransigência romântica foi perdendo terreno.

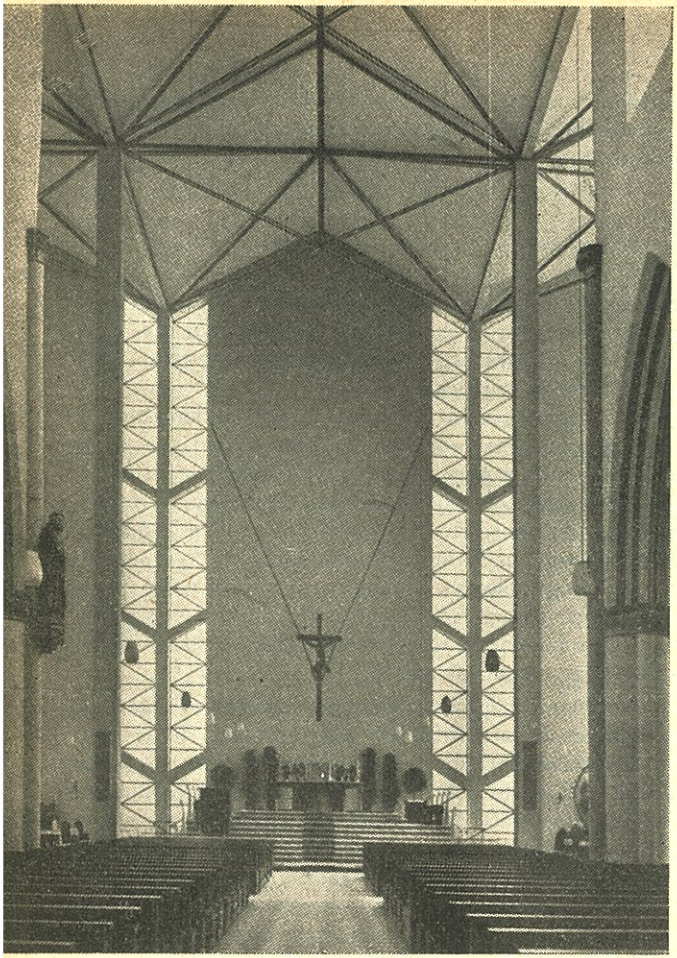
A «Carta do Restauro» em Itália já em 1931 prevê alterações não essenciais do edifício vivo, correspondentes a mudanças acidentais da sua função. Estes completamentos, que a «Carta» oportunamente manda reduzir ao mínimo, nunca deverão fazer-se a arremedar o antigo, (porque isso viria prejudicar o valor artístico e histórico do monumento), mas segundo a Carta, teriam «un caratere de nuda semplicitá e di rispondenza allo schema costruttivo». A posição de compromisso de Giovannoni (nem estilo antigo nem moderno, mas uma forma neutral) não adiantou pràticamente nada.

Com Annoni ganha terreno a ideia da recomposição *artística* (portanto em estilo francamente moderno). Todavia R. Pane, um dos maiores teóricos das ideias modernas, insiste mais na autonomia artística do acrescento novo do que na integração harmónica do novo dentro da parte antiga.

Depois dos trabalhos de Schwarz, Picca, Cultrera, Perogalli e outros, a teoria moderna pode definir-se assim: Nos acrescentamentos não se pode imitar o estilo primitivo por um mimetismo de formas, mas a parte nova deve ser pensada em estilo moderno de maneira a vir harmonizar-se artìsticamente com o volume, a estrutura e a tonalidade do antigo. A obra final será uma nova obra de arte, resultante da fusão do novo com o antigo.

Fica assim pulverizado o princípio do estilo único, tão caro aos românticos.

Evidentemente há aqui razão para temer pela unidade da obra. Mas se os trabalhos forem dirigidos por um artista verdadeiro, desaparecerá a unidade estilística mas a unidade artística ficará garantida. Esta unidade não é feita por uma analogia material de formas (que Pane chama «versos feitos com rimas pré-fabricadas»), mas por uma equivalência substancial entre o antigo e o novo pela continuidade de espaço, sequência de ritmos e proporção de volumes. Isto sempre se fez em todos os tempos, e a experiêcia está a mostrar que é possível também no



COLÓNIA — MÜLHEIM — Igreja de N.ª Senhora. Com as novas técnicas do ferro e cimento e com expressão francamente moderna, R. Schwarz realiza uma nova obra de arte que é gótica pelo espírito (que não por mimetismo estilístico).

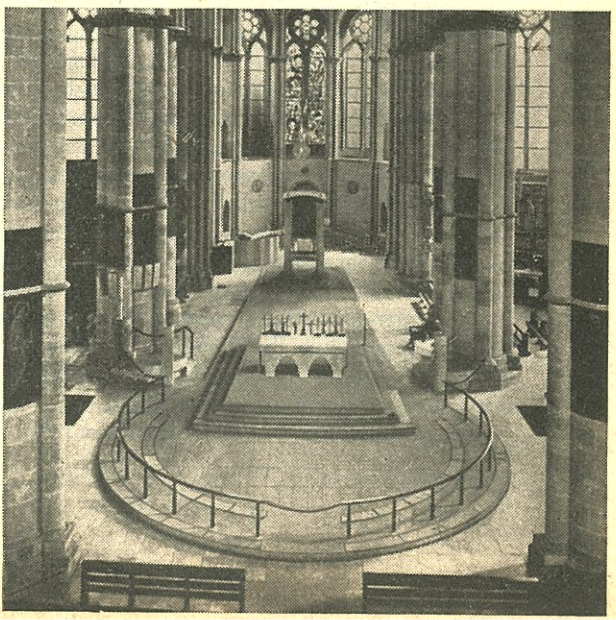
NOVOS TEMPOS

NOVAS NECESSIDADES

NOVOS GOSTOS

NOVAS ARTES

NOVOS ACRESCENTOS



TRÉVERIS (Alemanha- — A antiga basílica de Nossa Senhora tem uma planta circular formada por duas naves que se cruzam. O altar estava escondido, ao fundo de uma capela que se vinha inserir na planta circular aumentando o comprimento de um dos braços duma nave. R. Schwarz trouxe o santuário para o transepto, que é também o centro geométrico. O moderno e o antigo completam-se mùtuamente. Notar todavia que esta solução do sacrário, fora do altar «versus populum» foi desaconselhada posteriormente por Pio XII.

nosso, tanto mais que a arquitectura moderna na sua simplicidade de massas, procura de ritmos e primado do espaço, está particularmente indicada para continuar o antigo sem prejudicá-lo mas fazendo com ele uma sinfonia plástica.

RESTAURAÇÃO?

Mas os problemas mais dramáticos de recomposição põem-se nos casos de desabamentos provocados por causas naturais, pela guerra ou pela necessidade de substituir um acrescento infeliz do passado. Novamente a pergunta difícil: que se deve fazer: restaurar estilìsticamente ou recompor artìsticamente?

Para Viollet não havia dúvida: quando não bastasse um consolidamento ou uma «anastilose» (montagem, nos seus lugares próprios, das pedras caídas — quase como num jogo de puzzle), reconstituía toda a obra no estilo do primeiro construtor. A sua imaginação de homem de 1860 sugeriu-lhe uma ideia toda romântica: o reconstrutor deve «ensimesmar-se» na pessoa do construtor medieval (i. é, deve por assim dizer «meter-se-lhe na pele») e depois deve agir frente ao monumento como o seu autor faria se lhe fossem postos os mesmos problemas. Quando isso não bastasse havia sempre o refúgio de copiar as outras obras coevas do mesmo estilo ou então as partes subsistentes do mesmo monumento. Desta maneira foram restauradas (e adulteradas) Natre Dame de Paris, Chartres, Vézelay, Amiens ,etc.

Mas as críticas contra esta teoria gratuita não tardaram a aparecer. Luca Beltrami começou por notar o seu carácter anticientífico. De facto, a ideia de se ensimesmar na pessoa do construtor primitivo era uma ideia peregrina que só podia ter surgido na cabeça dum romântico. Por outro lado, a imitação de obras coevas, além de dar lugar a confusões históricas no futuro, aparecia aos primeiros opositores de Viollet como um erro originado no falso pressuposto de que havia um estilo medieval estandardizado, absolutamente igual em todos os casos. Na realidade, embora os processos construtivos fossem os mesmos, o arquitecto românico ou gótico tinha uma solução artística particular para cada caso e sobretudo para cada pormenor.

Foi pois preconizado o método histórico, como José Valadier tinha feito nos arcos de Tito e de Constantino, cerca de um século antes. À luz deste método, só com base em documentos seguros é legítimo reconstruir a parte desaparecida. O restaurador deixou de pretender ser artista para ser um arqueólogo ou um arquivista.

Mas se este restauro satisfaz em parte (só numa medida muito pequena) a consciência crítica, ele não resiste à censura dum juizo estético. A maior parte das igrejas românicas, góticas e barrocas, pela sua riqueza decorativa e requinte de pormenores apresentam uma fisionomia impossível de repetir-se fora do ambiente histórico que as gerou. É pràticamente impossível que a segunda edição destas obras conserve valores artísticos dignos de nota porque, como nos mostra a experiência histórica, o homem não sabe conservar a escala nem harmonizar as partes entre si e com o todo quando trabalha num estilo que já não sente: cada estilo tem uma escala ou uma harmonia que lhe é própria e quando se não é tal homem não se pode ter tal estilo. «O estilo é o homem». Por isso nem o restauro histórico consegue fazer uma obra que satisfaça à arte e à história.

Camilo Boito (1836-1914) dizia neste sentido: «prefiro os restauros mal feitos

aos restauros bem feitos. Enquanto aqueles, mercê duma ignorância benéfica, me deixam distinguir claramente a parte antiga da moderna, estes com admirável ciência e astúcia fazendo parecer antigo o que é de facto novo, metem-me em tão grande perplexidade de juizo, que me desaparece o deleite de contemplar o monumento e o seu estudo se me torna uma fadiga fastidiosíssima»... «Quanto mais bem conduzido (o restauro), mais insidiosa é a mentira e mais triunfa o engano».

Outra reacção, menos séria mas não menos característica, foi a do ruinismo inglês. É interessante notar que, durante todo o séc. XIX os ingleses construiram em neo-gótico, mas, apesar disso não restauram pelo método em vigor no Continente, preferindo o ruinismo de Ruskin: em vez de abastardar a obra com acrescentos «à la Viollet» era preferível deixá-la cair em ruína. O romantismo da ruína monumental, que ainda hoje cativa os ingleses, consagrou-o Ruskin nestas palavras: «o dia fatal virá em breve mas deixai-o vir abertamente; não façais com que a desonra e as falsas substituições privem os monumentos dos funerários ofícios da morte».

Por tudo isto, não é para admirar que a Conferência de Atenas e a «Carta» do Restauro» de Itália condenem categòricamente qualquer tentativa de reconstituição estilística, fora da «anastilose», a não ser que se trate de linhas geométricas simples que se poderão continuar com «nuda semplicità», tendo o cuidado de distinguir claramente, pelos oito métodos preconizados por Boito ([8]), aquilo que é moderno daquilo que é antigo, Annoni foi neste campo muito mais radical e teve mesmo uma tentação de ruinismo: «nunca reconstruir em estilo primitivo ou barroco; é preferível arrazar tudo e construir sobre as ruinas um edifício moderno, ou então consolidar os restos e deixá-los em ruina monumental». O próprio Annoni achou uma solução ideal para alguns casos. Caíu uma nave lateral da basílica de Cantù. Annoni foi-se ao resto e fez com ele uma igreja de duas naves, completa embora menor. Mas isto não resolve todos os casos. Por isso Annoni nalguns casos procurava restabelecer a harmonia antiga por linhas novas. Giovannoni optou pela solução neutral que um seu discípulo classificou de «moderno ma non troppo».

Os restauradores actuais seguem várias soluções consoante os casos. Parece ter-se chegado a uma síntese equilibrada e amadurecida que se poderá reduzir a estes termos: dada a inseparabilidade entre a forma e a matéria da obra de arte, uma vez destruída a matéria, a obra de arte deixou de existir. Não há pois nenhuma razão *intrínseca* nem artística nem histórica que justifique a sua reconstrução. Por isso, se o monumento não precisa de ser usado, consolide-se e façam-se as possíveis «anastiloses» e deixe-se depois em ruina monumental (como as abadias de Inglaterra). Mesmo nos casos de monumentos vivos arruinados substancialmente, nunca se deve reconstituir a sua forma primitiva, a menos que isso seja pedido por razões extrínsecas à mesma.

Essas razões são a necessidade de restabelecer um conjunto arquitectónico (de

---

(8) As oito maneiras que Boito indica segundo as circunstâncias «para mostrar que um acrescentamento ou complemento não é obra antiga» são as seguintes: 1) diferença de estilo entre o antigo e o novo; 2) diferença de materiais de construção; 3) supressão de «sagome» ou de ornatos; 4) exposição das partes removidas, perto do monumento; 5) incisão, em cada parte nova, da data do restauro ou de um sinal convencional; 6) epígrafe descritiva incisa no monumento; 7) conservar dentro do monumento ou perto dele uma espécie de arquivo das descrições e fotografias das diversas fases do trabalho ou das apreciações e notícias publicadas na imprensa.

que o monumento era parte volumètricamente pequena mas indispensável) ou então a impossibilidade de rejeitar uma forte razão sentimental ou histórica duma população.

No entanto, nenhum destes casos é inevitável e além disso de nada valem quando pedirem em concreto a reconstituição de obras que os técnicos julgassem impossíveis de reconstruir (como são, em geral, as românicas, góticas e barrocos). Por isso mesmo na presença destas razões, só será permitida a reconstrução de formas geométricas simples, de pedra talhada ou material similar, conhecidas com exactidão histórica, e desprovidas de decorações.

Se o monumento está arruinado apenas acidentalmente, então será legítimo *continuar* as suas linhas arquitectónicas, da maneira aconselhada pela «Carta do Restauro», mesmo que isso não seja pedido por alguma das duas razões apontadas acima.

Todavia, em qualquer caso, melhor será fazer obra nova que aproveite da ruína o que for aproveitável, integrando o novo e o antigo numa unidade artística moderna. É o caso dos restauros felicíssimos de Schwarz, nas igrejas de Colónia.

Desta maneira, a própria palavra «restauro» quase deixa de ter razão de ser, hoje em dia, visto que só é legítimo «restaurar» (ou reconstituir formas antigas), dentro de limites muito reduzidos. O restauro moderno já não é pròpriamente restauro, mas recomposição artística ou revalorização; é dar novo surto de vida. Já não se trata apenas de um problema de arqueologia ou de engenharia; é um problema de arte, mais difícil do que a construção inteiramente nova. Estão hoje condenadas todas as intervenções no monumento que não sejam artísticas. Só há hoje uma maneira legítima de mexer na obra de arte: é mexer nela artìsticamente.

URBANISMO

O ambiente que circunda os monumentos ou os centros artísticos deve merecer-nos os mesmos cuidados. Não se poderá verdadeiramente conservá-los como museus de antiguidade, mas como um centro de cultura e bom gosto, integrado (e não isolado) no meio da construção moderna. A revitalização do monumento só será possível se lhe foi conservada a sua função própria e for permitido construir a seu lado edifícios novos, os quais, sendo totalmente modernos na sua concepção se devem acomodar aos antigos, não por um mimetismo de formas estilísticas, mas por analogia de proporções e volumes. Esta acomodação, evidentemente, só poderá ser feita por um autêntico artista. Em resumo: não se isole o monumento para que ele possa viver e respirar; nem se abafe o monumento, para que ele não fique escondido; integre-se criteriosamente, para que ele possa ser um centro cultural e artístico.

DUAS SUGESTÕES

A terminar, gostaríamos de fazer duas sugestões.

A primeira sugestão refere-se à formação do clero. É necessário convencê-lo da necessidade de se elucidar nesta matéria. Não para que o clero se ponha a restaurar as suas igrejas, mas para que possa colaborar com o arquitecto e preparar o povo para aceitar as mudanças na igreja. Os hábitos «tradicionalistas» das nossas populações — das mais cristãs às menos praticantes — dificilmente suporta que se «mexa»

na igreja. E se isto manifesta, por um lado, o zelo e o interesse dos fiéis, vem a ser quase sempre causa de muitos dissabores. É quase sempre inevitável uma colisão entre aquilo que é preciso fazer para que a igreja fique capaz e aquilo que é preciso não fazer para evitar conflitos e malquerenças. Perante isto, o padre não tem o direito de impor com autoritarismo a sua opinião esclarecida, embora isso seja mais fácil do que ter com o povo um trabalho de elucidação necessàriamente demorado que, de resto, deverá ser o fruto do progresso litúrgico da paróquia. Neste sentido, o P.e Regamey disse um dia que a igreja devia ser como que o «sacramento» do estado da paróquia. É preciso que os fiéis como que desejem as reformas. Só assim elas terão possibilidade de vingar.

O pároco, unido ao seu povo, terá um grande peso na opinião dos responsáveis dos Monumentos Nacionais (quando seja o caso). E num ambiente de sã democracia, não creio que algum Estado queira ter a responsabilidade de impor ditatorialmente uma solução que vá contra a opinião esclarecida de intelectuais responsáveis, do pároco e do povo a quem a igreja se destina.

Se nos lembrarmos do que foi dito àcerca da política de restauração seguida pelo Estado, ver-se-á toda a oportunidade e necessidade desta união.

Mas para isso, é necessário que se estudem estes problemas. E por isso é de seguir-se o conselho de Perogalli: que o assunto seja tratado, não só nas faculdades de arquitectura, mas também, embora menos profundamente, nas outras escolas especialmente naquelas que formam pessoas que mais tarde terão alguma parte na responsabilidade das obras, como as faculdades de engenharia e «*sobretudo os seminários*».

A segunda sugestão refere-se à coordenação dos esforços e critérios inter-diocesanos. Isto parece-me necessário para se evitarem as discordâncias flagrantes entre os partidos tomados nas várias dioceses as quais só viriam desacreditar perante o organismo do Estado (que é só um e por isso pode observar todas as discordâncias) a seriedade das posições da Igreja.

Isto implicaria a criação duma espécie de Secretariado Inter-diocesano para a superintendência artística das igrejas antigas. Mas, antes disso, é preciso que os homens da Igreja ganhem consciência da necessidade de estudarem o problema e adquiram perante o opinião pública e o Estado aquela autoridade moral que lhes permite fazerem valer a sua autoridade jurídica.

Eu não digo que isto seja fácil, mas recordo-me que o meu primeiro livro de meditação tinha um capítulo intitulado: «tu podes, assim tu queiras».

AVELINO RODRIGUES

BIBLIOGRAFIA:

ITÁLIA

Ambrogio Annoni: *Scienza ed arte del restauro architettonico*, Milão, 1946. *Considerazioni per la rinascita edile di Milano* in «Le fontane di Milano» de Al. Visconti» (Milão, 1945).

Roberto Pane: *Architettura e arti figurative*, Veneza, 1948. *Sites et Monuments*. (Congresso da Unesco) Paris, 1950.

Armando Dillon: *Del restauro*, Palermo, 1050. *A tutela das belezas naturais*, Catania, 1942.

Carlo Perogalli: *Monumenti e metodi di valorizzazione*, Milão, 1954.
Imprensa: *Urbanística*, Maio-Dezembro de 1946 e 1953 (número especial). *Il ponte*, (Florença), Abril e Maio de 1945. *Il mondo* (Milão), 17/II/945). *Il nuovo corriere della sera*, 9/8/1953, 11/8/53, 22/9/53. *Costruzioni*, 1943, n.º 182. *Spazio* 1950, n.º 3, *Architettura*, n.os 21, 22, 23. *Commentari*, 1952, n.º 3. Conclusões e discussões do Congresso de *Italia Nostra* (notícias em *L'Espresso*, *Il mondo*, *Comunità*). *Chiese e Quartiere*, n.º 8.

FRANÇA

Paul Léon: *Les Monuments historiques, conservation, restauration* — Laurens, Paris, 1917.
R. Pane: *Sites et Monuments* (Unesco) Paris, 1950.
Revistas *Art chrétien*, Paris, n.os 2, 3, 13. *Art Sacré* (Notícias críticas e fotografias numerosas ao longo da colecção).

LUXEMBURGO

Rev. *Art. d'Eglise*, etc.

ALEMANHA

Catálogo da Exposição da Renovação da Arq. Religiosa Alemã.
Rev. *Chiesa e quartiere*, Bolonha, n.º 8.
Rev. *Bau Kunsk* (número sobre Schwarz).
Rev. *Jahrbrech für Christliche Kunst*, 1952/1953 (Munique), (sobre Colónia).

INGLATERRA

Rev. *Art d'Église* (número dedicado à Catedral do Coventry).

PORTUGAL

Boletim dos Monumentos Nacionais (95 números publicados).

NOTA DA REDACÇÃO

Um mês depois de ter sido lido este trabalho na 1.ª Reunião das Comissões de Arte Sacra em Aveiro, estando já o artigo em 2.as provas, deu-se em Lisboa o trágico incêndio de S. Domingos. Impondo-se o problema da sua recomposição (por uma necessidade vital da vida religiosa da capital e mesmo de fora dela) achamos ser indispensável que os organismos competentes adoptem um partido de acordo com as novas ideias do restauro artístico (i. é, da recomposição artística em linguagem actual).

DOCUMENTO

DIRECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DAS IGREJAS SEGUNDO O ESPÍRITO DA LITURGIA ROMANA

Estas directivas foram redigidas por Theodor Klauser, por incumbência e com a colaboração da «Comissão Litúrgica».

A «Comissão Litúrgica» é um agrupamento de peritos, *associado aos Relatores Litúrgicos da Conferência Episcopal de Fulda — os Bispos de Mainz e Passau. A Comissão tem por conseguinte carácter oficial.*

Pertencem a ela, além dos dois Bispos como presidentes: o Dr. Johannes Wagner, director do Instituto Litúrgico de rier; o Secretário Geral das Associações da Juventude Católica Alemã, Monsenhor Wolker; o Professor Romano Guardini, de Munique; o Professor Schnitzler, do Seminário Maior de Colónia-Bensberg; os Oratorianos Dr. Kahlefeld e Gulden; os Beneditinos Theodor Bogler na Abadia de Maria Laach e Damasus Zahringer da Abadia de Beuron.

O redactor principal, Dr. Theodor Klauser, Professor da Universidade de Bonn, procedeu a um inquérito a todos os Bispos da Alemanha, elaborou uma síntese dos resultados e apresentou várias vezes as directivas ao parecer da Comissão plena. O texto foi finalmente adoptado, tal como está, pela Comissão Litúrgica e entregue à Conferência de Fulda pelos dois Bispos, na qualidade de Relatores Litúrgicos.

O texto oprtuguês foi traduzido directamente do texto alemão publicado em ARS SACRA. Schweizerisches Jahrbuch fur Kirchliche Kunst. 1952-1953, *in NZN Buchverlag, Zurich.*

Apresentamos este documento aos nossos leitores a título meramente informativo. As exigências doutrinais e litúrgicas, que aliás constituem a essência destas directivas, são evidentemente idênticas tanto na Alemanha como entre nós: temos com efeito o mesmo tipo de Liturgia, o Rito romano; porém as soluções concretas poderão acaso entre nós ter em conta alguns elementos sugeridos pela nossa peculiar fisionomia humano-religiosa ou justas tradições de culto e arte.

PRINCÍPIOS

1. Uma igreja cristã é o edifício consagrado e cheio de uma especial Presença divina — mesmo independentemente da Eucaristia —, onde o Povo de Deus se reune. Ora o Povo de Deus reune-se aqui:

primeiramente e antes de tudo, para celebrar a renovação do Sacrifício-Redentor de Cristo;

em segundo lugar, para receber os frutos do Sacrifício-Redentor de Cristo, nos santos Sacramentos;

em terceiro lugar, para ouvir a Palavra de Deus;

em quarto lugar, para oferecer as suas homenagens a Cristo, presente no Pão Eucarístico;

NOTA — Este documento publicado já no número de Janeiro de 1955 da «Novellae Olivarum» volta a ser inserido nas nossas páginas por já se encontrar esgotado há bastante tempo, e continuarem a afluir pedidos à nossa redacção.

em quinto lugar, para se entregar a devoções extra-litúrgicas.

2. Mas uma igreja cristã não serve apenas de local de reunião, litúrgica ou extra-litúrgica, da comunidade; mas também de lugar de devoção individual dos fiéis.

3. Da determinação acima feita quanto à essência e finalidade da igreja cristã, deduz-se que esta possui uma dignidade incomparável:

Uma igreja cristã, primeiramente, é dum modo peculiar a «Tenda de Deus entre os homens» (Apoc. 21-3), o local onde Deus é encontrado com segurança pela sua comunidade; é a «Casa do Pai» (cfr. Luc. 15-17); ela é o «Palácio Real» *(basílica)* de Deus.

Em segundo lugar, a igreja cristã é o local onde se forma e se desenvolve a Igreja, Corpo de Cristo; portanto, ela é também símbolo significativo deste Corpo de Cristo.

A igreja cristã é, em terceiro lugar, o local onde se antecipa a união escatológica de Deus com o seu Povo; por isso com razão a igreja é também designada como a Jerusalém Celeste descida sobre a Terra.

4. Por outro lado, da multiplicidade de fins da igreja resulta que a sua construção é dificultada por um conjunto de problemas específicos.

A celebração do Sacrifício da Missa põe exigências especiais diferentes das requeridas para a administração dos Sacramentos do Baptismo e da Penitência; a administração dos Sacramentos, outras diferentes das da Pregação; a Pregação, outras diferentes das do Culto Eucarístico; o Culto Eucarístico, outras diferentes das de uma Devoção popular; a Devoção popular, outras diferentes das de uma devoção privada.

É a missão do construtor da igreja encontrar uma solução que satisfaça aos diferentes fins e aplicações da Casa de Deus, de uma maneira quanto possível perfeita.

5. O Sacrifício Eucarístico, a administração dos Sacramentos, a proclamação da Palavra de Deus e o culto de Cristo Eucarístico não são realizados exactamente da mesma maneira em todas as igrejas cristãs do mundo. No decurso dos séculos constituiram-se nesse sentido formas múltiplas: as chamadas «Liturgias» ou «Ritos». As mais importantes liturgias são incontestàvelmente a Romana e a Bizantina; a primeira, obrigatória para as Dioceses Ocidentais; a última, para as Igrejas do Oriente.

A par de uma inteira concordância no essencial, possuem no entanto as Liturgias Romana e Bizantina um cunho inteiramente diferente. E assim a igreja em que deve ser celebrada a Liturgia Romana pode não ser exactamente igual à igreja que deve servir para a Liturgia Bizantina.

6. A igreja é destinada ao Povo de Deus dos nossos dias. Deve portanto ser disposta de modo que os homens da actualidade se sintam atraídos para ela.

As mais nobres necessidades do homem do nosso tempo devem encontrar nela a sua satisfação: o desejo imperioso de vida comunitária; a ânsia de verdade e autenticidade; o desejo de passar do superficial ao que é central e essencial; a ambição de clareza, luminosidade e visibilidade; o veemente anelo de silêncio e paz, de calor e segurança.

CONSEQUÊNCIAS

1. Seria errado erguer em locais separados, sem motivo grave, a igreja e a escola, o hospital da comuna e o secretariado da caridade, o lar da paróquia e a biblioteca paroquial, a residência do pároco e a do sacristão.

O ideal a atingir seria a união espacial de todas estas instalações num conjunto orgânico, a «domus ecclesiae», — afim de se tornarem visíveis, também exteriormente, as íntimas relações entre a igreja e o sacerdote, entre a eucaristia e a caridade, entre os sacramentos e a educação.

2. Não seria acertado erguer sem necessidade a Casa de Deus numa barulhenta rua comercial — por muito que a humanidade, mergulhada nas preocupações terrestres, necessite que o Deus eterno lhe seja enèrgicamente apontado.

Seria de desejar que os fiéis, no caminho para a igreja, tivessem de passar primeiramente por uma zona de silêncio e de recolhimento, portanto por um recinto resguardado ou por um verdadeiro adro; e assim fossem preparados para o silêncio, cheio de Deus, do lugar sagrado.

3. Seria errado adaptar de tal maneira a construção exterior da Casa de Deus — nas suas proporções e linhas, na sua estrutura e decoração — às construções profanas do tempo e do ambiente, que desse a impressão dum edifício profano.

Mas seria igualmente um erro recorrer a uma gritante linguagem de formas a fim de atrair a atenção dos traseuntes para a igreja que encontram no caminho.

O nosso empenho deveria ser, sim, proclamar pelo exterior da igreja, dum modo tão digno como persuasivo, a Transcendência, a Sobrenaturalidade, a Divindade do que se passa no seu interior; e não obstante, enquadrar de forma harmoniosa a Casa de Deus no meio ambiente.

4. Seria pouco aconselhável que na disposição das entradas da igreja se considerassem apenas os problemas do guarda-vento e regulamentação de circulação.

Uma vez mais se devia procurar que logo pela imponente configuração das portas da igreja — sobretudo do pórtico principal — a atenção dos fiéis fosse atraída para o paralelismo Porta-da-Igreja = Porta-do-Céu.

5. Seria um erro, no estudo do plano do espaço interior, partir do culto da Presença Eucarística de Cristo — como por vezes tem sucedido — e não do Sacrifício Eucarístico; e assim organizar o espaço unilateralmente em função da adoração e contemplação.

Proceder desta forma seria um erro, porque na escala das finalidades da Casa de Deus o culto da Presença Eucarística não está em primeiro lugar.

O problema criado pela concorrência dos diferentes fins duma igreja só poderá ser solucionado de maneira satisfatória se, onde tal for possível, se separar de qualquer modo o espaço destinado à celebração do Sacrifício Eucarístico do espaço destinado ao Culto Eucarístico; e também se, onde possível, forem previstos espaços particulares para os sacramentos do Baptismo e da Penitência. Então poderia cada parte sofrer a configuração arquitectónica correspondente à sua finalidade peculiar.

6. É errónea a opinião muito divulgada de ser de ambicionar a colocação do altar no meio da assembleia dos fiéis e de, por conseguinte, também o tipo de construção centrada representar a única forma satisfatória da Casa de Deus.

Uma igreja é em primeiro lugar destinada à celebração do Sacrifício Eucarístico. Ora esta celebração, segundo a concepção litúrgica ocidental-romana, é uma «Acção»: antes de tudo, acção de Cristo e do seu representante, o sacerdotal Liturgo; mas também acção da assembleia.

Os pontos culminantes da acção da assembleia são as aclamações antes do Prefácio e o «Amen» após o Cânon, assim como a procissão do Ofertório e da Comunhão, à primeira das quais no entanto hoje apenas raras vezes temos ocasião de assistir.

O conjunto destas acções reclama um espaço de qualquer modo orientado para o altar, que claramente coloque frente a frente o Actor e Contra-actor, Sacerdote e Assembleia, e abra um caminho para a ida e regresso das procissões.

O ideal seria, por conseguinte, uma igreja que satisfizesse plenamente a estas exigências da Liturgia Romana — orientação do espaço para o altar, nítido face a face do Sacerdote e da Assembleia, possibilidade de ordenada evolução das procissões por ambos os lados —, sem no entanto introduzir distância excessivamente grande entre o espaço do altar e os extremos mais afastados do espaço da comunidade.

7. O altar é, conforme a sua significação primitiva, o sítio em que a terra se eleva ao encontro do Céu. Na esfera cristã, o altar é de acordo com a sua finalidade, a Mesa do Sacrifício e do Banquete do Povo de Deus; e ao mesmo tempo o lugar da manifestação eucarística de Deus entre nós.

Mas visto que o Homem-Deus se torna presente sobre o altar pela Consagração, o Altar é — mesmo sem o Tabernáculo — o Trono de Cristo. E porque o Altar é o Trono de Cristo, os Antigos viram nele também o símbolo de Cristo; pois o trono simboliza o Soberano.

Por tudo isto se verifica quanto é errrado fazer do altar uma consola da parede; ou realizá-lo como se a sua função única ou predominante consistisse em ser pedestal para o Tabernáculo ou a Cruz, para castiçais ou relicários, para quadros ou grupos de figuras.

Numa igreja-modêlo, o altar — pela sua posição isolada e medianamente elevada, pela possibilidade de circular em seu redor, pelo seu traçado harmonioso e pela nobreza do material escolhido, pela sua monumentalidade de acordo com as proporções da Casa de Deus, pelo hábil encaminhamento das linhas de perspectiva do espaço, pela sua colocação no ponto mais iluminado, e talvez também por um baldaquino — revela-se cla-

ramente como o verdadeiro Santuário, como o coração de todo o edifício. Uma igreja-modelo será, tanto no interior como no exterior, concebida e realizada em função do altar.

8. Seria um erro renunciar sem motivo concludente à direcção ocidente-oriente da igreja, baseada em venerável tradição.

Pelo contrário, deverá familiarizar-se a compreensão e a consciência dos fiéis com o profundo e belo simbolismo da oração voltada ao Oriente; e com isso também se dará nova vida à orientação das nossas igrejas.

Alguns indícios fazem prever que nas igrejas do futuro o sacerdote voltará como outrora a estar por detrás do altar e a celebrar de face para o Povo, como ainda hoje se faz nas velhas Basílicas Romans; o desejo, em toda a parte sensível, de dar mais clara expressão à Eucaristia como Banquete comunitário, parece reclamar esta solução.

A lei da oração voltada para o Oriente não seria impedimento a uma evolução deste género. Pois o alvo ideal da oração voltada ao Oriente é Deus e o Seu Filho unigénito, que se concebem, à maneira do Sol, com o seu trono no oriente e a avançar do oriente. Agora porém esta vinda de Deus, esta Teofania, dá-se sobre o altar. Numa igreja cristã portanto o alvo da oração orientada está no altar; para o altar têm, por conseguinte, de se voltar tanto o sacerdote como a comunidade.

9. Seria sem dúvida um erro querer colocar sem reservas o altar, mesmo em igrejas maiores, na extremidade do espaço, como em muitos sítios se verificava na antiguidade cristã com as igrejas de tipo *sala* («Igreja de espaço único»).

Seria mais adequado ao caso e à tradição reservar-se para o altar em maiores igrejas um Santuário rectangular, semicircular ou poligonal *(Coro)*, nìtidamente separado do restante espaço («Igreja de dois espaços»).

10. Seria um erro guarnecer de janelas a parede de fundo do Santuário de modo tal que por isso se tornasse difícil olhar para o altar. Mas de igual forma seria um erro decorar esta parede de fundo com símbolos que não estejam em conexão directa com a celebração do Sacrifício Eucarístico ou não se harmonizem com o conjunto do Ano Litúrgico.

No caso ideal, a arquitectura e a decoração do Santuário terão sido escolhidas de forma a encaminhar os olhares, não para si, mas para o altar e para a acção sagrada que nele decorre. Quando devam ser colocadas no Santuário representações figurativas, que elas sejam tiradas do mundo de noções do Cânon Eucarístico, isto é, do texto compreendido entre o *Sursum Corda* e a Doxologia final. Em qualquer caso, não se escolherão acontecimentos históricos, mas sim motivos estáticos.

11. Seria um erro organizar o espaço interior da Casa de Deus de forma tal, que a comunidade venha a perder a consciência de executar o serviço divino como uma unidade, como uma família unida por estreitos laços.

Mas seria também um erro querer dispor o espaço de molde a não deixar em parte alguma um canto tranquilo para a oração privada.

A solução ideal seria decerto uma igreja que dispusesse de um espaço adequado para a grande comunidade dos domingos e dias de festa e outro para a comunidade mais reduzida dos dias de trabalho, espaços que tornassem palpável a unidade dos que se reunem; e no entanto possuísse também as zonas de devoção que as pessoas individualmente possam desejar para os seus exercícios de piedade privada.

12. Seria de lamentar que a total concentração do espaço sagrado sobre o altar fosse estorvada por altares laterais e estátuas, por estações da Via-sacra e confessionários, por corpos de iluminação mal distribuídos e por filas de bancos; e assim o olhar dos fiéis fosse desviado do Santuário por todas estas coisas.

Dever-se-ia deixar de lado toda a obra acessório supérflua e deslocar, na medida do possível, para espaços laterais ou para uma cripta as instalações imprescindíveis, como por exemplo altares secundários e confessionários. Aquilo, porém, que tenha de se deixar ficar no espaço principal, deveria ser ordenado de tal modo que não interrompesse o tranquilo deslisar do espaço em direcção ao altar.

13. Seria um erro deslocar a sacristia da imediata proximidade do espaço do altar, dispondo-a porventura, como nos antigos tempos do Cristianismo, ao lado da fachada da igreja.

Mas seria bom fazer uma ligação entre a sacristia e a entrada da igreja, por forma que aos domingos e dias festivos o clero pudesse passar solenemente para o altar através do espaço da assembleia; assim o cântico de

entrada da liturgia da Missa (*Introito*) voltaria a possuir a sua total significação.

14. A grandeza do espaço das Catedrais, igrejas de peregrinações e igrejas das grandes cidades impôs a necessidade de a pregação se fazer, não do espaço do altar, mas sim do alto de um elevado púlpito, que em geral está colocado lateralmente, quase a meio da igreja ou suspenso na parede.

Sob a influência destas grandes igrejas, tornou-se infelizmente normal colocar os púlpitos de modo tal que uma parte dos fiéis fica de costas para o pregador.

A pregação litúrgica — isto é, aquela que orgânicamente se insere no seu lugar próurio na celebração eucarística — deve ser antes de tudo continuação e explicação da Palavra de Deus, proclamada nas duas leituras bíblicas. À semelhança portanto da *Epístola* e do *Evangelho*, devia a pregação, onde tal seja possível, ser proferida do espaço do altar, porventura de um ambão colocado junto da balaustrada do Coro.

15. O coro dos cantores tem a cumprir uma missão litúrgica claramente definida: deve conduzir a assembleia nas orações, aclamações e cânticos; alternar com a comunidade os cânticos responsoriais; e por vezes suprir totalmente a assembleia.

Por conseguinte é, no fundo, errado alojar o coro dos cantores numa tribuna à rectaguarda, invisível para a assembleia.

Numa igreja-modêlo, ordenada segundo pontos de vista estritamente litúrgicos, será destinado para o coro dos cantores um lugar no espaço da assembleia, muito próximo do Santuário.

A tribuna da rectaguarda, se dela se não desiste de modo algum, será deixada para o órgão, cuja missão litúrgica não consiste aliás em preencher, como solista, os pretensos «intervalos» da Acção Sagrada, mas sim em servir de apoio ao canto da assembleia e ao canto coral, e ocasionalmente em sublinhar, à margem do serviço divino, a jubilosa alegria da comunidade.

(A tribuna seria também o local cedido ao coro polifónico e à orquestra — esta, como se sabe, estranha ao serviço divino estritamente litúrgico).

16. No santo Baptismo nós renascemos como filhos de Deus e ao mesmo tempo somos incorporados na Igreja, Corpo de Jesus Cristo.

É de lastimar que esta fundamental significação do sacramento do Bapismo quase se não manifeste na actual vida paroquial, e que, por conseguinte, também a Pia Baptismal pertença à categoria das peças de mobiliário da Casa de Deus a que se não presta atenção.

Numa igreja ideal destinar-se-á um espaço àparte, junto da entrada, para a «Fonte Baptismal» (*font*), construída em estilo monumental.

Dê-se a este espaço a forma duma construção centrada, redonda ou poligonal, como quer venerável tradição eclesiástica.

A reflexão sobre o Rito baptismal conduz a idêntica solução arquitectónica. Com efeito, na essência do Rito baptismal o homem não se comporta como realizador duma acção; ele é sòmente objecto passivo duma misteriosa actuação divina. A estes factos não se ajusta uma construção longitudinal, cujo simbolismo está de harmonia com um espaço activo; mas apenas uma construção centrada, cujo eixo cai verticalmente e é por isso o espaço dum acontecimento passivo.

17. Seria um erro mobilar e ornamentar o espaço sagrado de molde a nele se respirar o conforto da casa burguesa. Mas seria de igual forma um erro tornar o arranjo e a decoração da Casa de Deus propositadamente semelhantes à indigência dum lar proletário.

O interior da igreja ideal dará tão pouco a impressão de burguês como de proletário. Deverá proclamar poderosamente a sublimidade de Deus que transcende todos os critérios terrenos e assim erguer o visitante acima da atmosfera da sua existência privada; mas por outro lado deverá deixar também transparecer o calor «do amor do Nosso Salvador pelos homens» (Tit. 3,4).

18. Seria um erro querer, como infelizmente tem sucedido as mais das vezes nas últimas décadas, abandonar a decoração pictural e plástica da Casa de Deus e suas instalações — sobretudo o adorno do pórtico, do santuário, do altar, do baptistério e do púlpito — ao arbítrio do respectivo Pároco ou doador, ou ao acaso.

Quando se ambiciona construir uma igreja modelar, deverá elaborar-se não apenas a planta, mas também um plano da decoração artística do novo edifício, bem estudado sob o aspecto teológico e pedagógico.

Este plano procurará que a decoração da igreja, uma vez acabada, exponha diante dos olhos da assembleia o mundo da fé, não apenas fragmentàriamente, mas numa certa integridade, ao mesmo tempo que numa or-

dem plenamente significativa e com as justas cambiantes de valor.

19. No estudo do plano de novas igrejas domina muitas vezes o empenho de dar ao edifício dimensões tão vastas quanto o permitam os simples critérios dos recursos financeiros e do terreno. Consideram-se falsamente as igrejas maiores como se em si já fossem mais perfeitas.

Há uma grandeza ideal para uma igreja. Esta grandeza ideal existe quando o sacerdote ao altar pode ser bem compreendido e visto mesmo dos mais afastados lugares do espaço da comunidade, sem o auxílio de meios técnicos; e onde é possível fazer a distribuição da comunhão a todas as pessoas reunidas na igreja, sem que isso obrigue a celebrar a Missa a correr. Esta grandeza ideal não deveria ser excedida sem imperioso motivo.

(É evidente que as igrejas das Catedrais e as dos lugares de peregrinação necessitam de maiores dimensões).

20. Seria um erro querer dotar uma igreja paroquial, de dimensões modestas, com um Santuário tão grande que pudesse alojar o numeroso clero duma Catedral. Seria igualmente errado dar ao Santuário uma profundade de Deus que transcende todos os critédidade tão diminuta que os degraus do altar quase tocassem na balaustrada.

No caso ideal, a grandeza do Santuário está numa bem proporcionada relação com a grandeza do espaço total; o plano entre os degraus do altar e a balaustrada é aqui suficientemente largo e profundo para tornar possível o harmonioso desenrolar de uma Missa solene com ministros.

21. Seria errado encher sem necessidade o espaço da assembleia com bancos, de tal maneira que estes, à frente, chegassem quase à teia do altar ou seja à Mesa da Comunhão, e lateralmente quase tocassem nas paredes exteriores.

Numa igreja ideal atender-se-á — mediante a instalação de passagens suficientemente largas ao centro, dos lados, diante da balaustrada do altar e junto à entrada — a que, mesmo na hipótese de se abeirarem da Mesa do Senhor muitas centenas de pessoas, não resultem daí desedificantes apertos; e a que se possam realizar sem dificuldade as procissões previstas para certas ocasiões litúrgicas (procissão de entrada aos domingos e dias de festa, procissões de festa das candeias, dos ramos, etc.).

Aquele a quem foi confiada a construção duma igreja incorre numa grande responsabilidade. Depende do êxito da sua obra que gerações de fiéis amem ou não a igreja da sua terra, que venham de bom grado ou contrafeitos assistir ao culto divino.

Por esta razão o estudo do plano duma Casa de Deus nunca será suficientemente conscienciosa e profundo.

Sociologia Religiosa

ALGUNS ASPECTOS DA GEOGRAFIA HUMANA DA DIOCESE DE FARO

Segundo o Recenseamento da População feito em 1950 viviam no Algarve 325.971 pessoas, distribuídas pelos 5.071,60 quilómetros quadrados, superfície total da província. Confrontando estes dados, vemos que a cada quilómetro quadrado cabem 64 pessoas. Apresenta, assim, o Algarve, densidade inferior à média do País, que é de 88,6 pessoas por quilómetro quadrado.

Influências geográficas na estrutura da população

Desdobrada diante dos olhos a carta de densidade da População do Continente, surpreende-nos na extremidade Sul, uma pequena região dominando as vagas do Oceano e que nelas penetra, por onde outrora foram os portugueses em demanda de novos mundos: — A ponta de Sagres, o Cabo de S. Vicente, a baía de Lagos, evocam gloriosamente os períodos aureos de Portugal das descobertas. Esta diminuta parcela (5,1 %) do torrão nacional, parece contudo, não possuir o condão de atrair o homem, pois apenas lhe pertence 4,1 % da população presente do País. Esta faz com que o Algarve fique em último lugar na enunciação das províncias quando consideradas sob o ponto de vista populacional, se bem que seguido muito de perto pela distante Beira Baixa. Logo a seguir vêm o Alto e Baixo Alentejo, estendidos pela vasta planície, onde o homem se perde na imensidade da «charneca ardente condenada ao inferno».

São estas as províncias que mais hostís se manifestam à fixação humana, revelando-nos uma população muito inferior à média das províncias do País. Ao lado destas pequenas províncias quatro há que muito excedem a nossa média populacional. Entre elas, surge o tão afamado Minho, que prende o homem nos seus frescos canteiros, como nenhuma outra região. Também o Douro Litoral e a Beira Litoral com suas características e a facilidade das suas terras fazem com que o homem nelas se fixe com gosto. A pesada Estremadura coroada pela capital, tem população capaz de esmagar quase cinco vezes o florido Algarve.

Todas as restantes províncias apresentam números inferiores à média do País.

Olhando com maior minúcia para o mapa da densidade e das divisões administrativas de Portugal verificamos que as maiores freguesias e concelhos se encontram

no interior, sendo de um modo geral a sua extensão tanto mais acentuada quanto se afastam do litoral, salvo certos casos de regiões acidentadas, sempre mais amiùdamente divididas.

Exceptuando as costas baixas, sinuosas, geralmente rectilíneas — que se estendem desde Espinho até a Nazaré e desde o Sado ao Cabo de S. Vicente, e ainda exceptuando alguns sequentos de costa elevada em arribas, — que manifestamente repelem o homem, toda a orla marítima portuguesa, tanto na fachada ocidental como na maridional, se apresenta como costa de notável condensação humana.

Tentando uma visão geral, para qualquer dado que o observador se dirija, quer subindo aos planaltos transmontanos, quer descendo às planícies ribatejanas e alentejanas, não lhe é difícil contemplar, a rarefacção dos homens que se vai cada vez mais acentuando: Trás-os-Montes e Beira Transmontana ao Nordeste, a Beira Baixa e todo o Alentejo ao Sul, constituem uma vasta zona de acentuada depressão demográfica, donde a custo emergem aqui e acolá, algumas raras freguesias de população mais densa (1). Finalmente na orla marítima algarvia de novo a atracção do mar se faz sentir. Esta zona litoral, de 350 quilómetros estendida de Vila Real de Santo António até Cabo de S. Vicente, de densidades maiores, — avulta, quer pela excelente abertura — ao mar, quer ainda pelo seu isolamento do resto do País.

Esta reflexão permite-nos afirmar que a individualidade geográfica e histórica do antigo = reino dos Algarves — fica assim igualmente bem expressa quando a consideramos também do ponto de vista demográfico.

A vaidade Algarvia

O «Reino dos Algarves» ainda hoje se mantém consciente da sua individualidade. É, que o título tão ciosamente ostentado por nossos reis, como relíquia de árduas e sangrentas lutas, gloriosamente ganhas ao Infiel, penhor e garantia de segura e perpétua estabilidade da grande Lusitânia, significa uma realidade que lançou raízes profundas na alma da gente algarvia. Este pedaço de terra, fugido pelo mar dentro apresenta-nos uma pequena província como um grande distrito e ao mesmo tempo uma das diversas médias do País.

É impressionante esta insistência na unidade administrativa. Até mesmo quando a unidade do Algarve paveia ter seus dias contados pela ordenação que dividia o bispado em duas dioceses, tendo uma por sede Faro, e a outra Vila Nova de Portimão (hoje cidade), a província teve a consolação de continuar na sua singular unidade visto que o decreto não se executou em virtude da morte próxima do seu promulgador. Se admiramos por um lado a arguta visão do Marquês de Pombal em querer desenvolver Portimão e seus arredores, como os tempos, aliás, disso se têm encarregado, por outro lado a Província teve a felicidade de manter as suas fronteiras primitivas.

Comparado ainda entre si as diversas províncias no que diz respeito à extensão do seu território, vemos que o Algarve cabe mais de três vezes no Baixo

---

(1) Conferir Dr. A. de Amorim Girão. Carta da Densidade da População por freguesias — 1940.

e Alto Alentejo respectivamente, sendo maior que o Minho, Douro Litoral e pouco mais pequeno que a Estremadura.

Observando o carácter da região, não é difícil concluir que o Algarve é sem dúvida a província portuguesa de território melhor defenido e homogenidade mais evidente.

Porque será a região Algarvia assim tão contrastada das restantes províncias, nomeadamente do vizinho Alentejo?

— Fácil é a resposta.

Apartado nìtidamente do Alentejo pela barreira das serras de Monchique e Caldeirão da Espanha pelo Guadiana; a Oeste e Sul banhada pelo Oceano, surge um quadro à parte de aspectos inconfundíveis.

A paisagem é bem característica dentro dos limites marcados pela natureza à região da sua prodigalidade. O próprio ar mourisco que à paisagem empresta o tipo de construção cúbica das casas — açoteias — rematadas por chaminés rendilhadas pela imaginação de seus hábeis construtores, esse próprio ar mourisco contribui para ligar mais estreitamento entre si todos os algarvios.

O observador, que desça da montanha à zona dos barracais, no meio da altitude da sub-serra, daqui da planície e desta à beira-mar, encontra sempre o mesmo Algarve cheio de encosta e da mesma luminosidade maravilhosa.

Os factores históricos são de grande peso no comportamento da comunidade Algarvia. Mais que em qualquer outra parte do país aqui se detiveram os Árabes e por isso, a cada passo, nos surpreendem rastos da sua estadia: — é uma casa de recorte caprichoso que esplende brancura com sua chaminé esguia e típica — nota dominante da paisagem, é uma açoteia moirisca lembrando as poéticas vivendas de Salé, é o frequente tic-tic do passo cadenciado duma nora que dá frescura e beleza às suas afamadas hortas; é o poço de roldana, é a palmeira que desafia o firmamento.

As suas gentes alegres e comunicativas, buliciosas, vivendo intensamente o que os sentidos lhes proporcionam, embora gostem de se refugiar nos seus postigos, são bem diferentes dos vizinhos alentejanos.

Sendo o Algarvio por natureza comunicativo e irrequieto, tantos homens e mulheres como rapazes e raparigas deliram com a música. É deveras surpreendente a agilidade com que rodopiam ao som de tão afamado popular harmónico o buliçoso corridinho.

Contudo o povo é por vezes reservado e tanto mais quanto se afasta do mar. Prova disto, é que com frequência por entre um verde e misterioso prestígio, espreitam-nos dois olhos brilhantes que trazem à lembrança mouras encantadas, veladas pelo bioco.

O algarvio é por natureza sentimental, para tanto, contribui o ambiente de ardente misticismo que paira por toda esta faixa meridional, onde a alma algarvia, envolvida no manto do passado toda ela palpita de emoção e sentimento. Uma poesia espontânea, fervente, envolvendo os corações e as coisas! Além de muitas outras, provam-na — João de Deus, humilde e suave como o Santo de Assis a falar do «irmão» Sol; João Lúcio, Cândido Guerreiro; não esquecendo Bernardo de Passos, lírico apaixonado da sua «Terra, noiva do Sol, carinhosa virgem mãe dos trigais e dos pomares».

Densidade da população

Numa tentativa de comparação do nosso Algarve com as regiões mais densas do país, observamos, por exemplo, o distrito de Aveiro onde a densidade é de (155,1%) quase o dobro da densidade do continente (88,6%) e cerca do trípulo da densidade de Faro (64,09). Este distrito, embora tenha o dobro da superfície do de Aveiro, surge-nos na sua faixa litoral — o verdadeiro Algarve para os seus naturais — bastante idêntico a Aveiro sob o ponto de vista das densidades.

Vejamos ainda, como se distribui a população nos dois distritos:

Aveiro		*Faro*	Superfície dos: concelhos,	337,26 K²	775,48 K²
Lugares	2.517	1.900	maiores e	a	a
freguesias	88	71	menores	6,48 K²	59,20 K²
concelhos	19	16			

No entanto, a densidade difere intensamente segundo os diferentes concelhos. O problema, aliás, é comum a todo o país.

— Apesar dos caprichos da divisão administrativa (2), surpreende-nos através dessas diferenças a grande concentração demográfica do Litoral Sueste oposta à rarefacção do Oeste e Norte do distrito e que de algum modo prolongam por essas regiões da terra algarvia as características populacionais do Baixo Alentejo.

Enquanto à superfície podemos aquipar os 16 concelhos em duas zonas:

Uma marítima, composta pelos 9 concelhos da costa que passamos a enumerar, indicando as respectivas superfícies:

Lagos	217,60 K
Albufeira	209,24 »
Faro	207,12 »
Portimão	182,40 »
Vila do Bispo	179,75 »
Olhão	143,60 »
Alportel	139,60 »
Lagoa	93,60 »
Vila Real	59,20 »

(2) Prova clara disto é o caso das duas freguesias da vila de Loulé, onde os seus habitantes se estendem por 52 e 69 lugares respectivamente. Pois ao lado de grande quantidade de pequenas indústrias e de acentuado comércio, avultado número de pessoas se ocupa do amanho da terra onde o cultivo de policultura é de grande valor. Da vida industrial local, onde se empregam cerca de 6.000 pessoas, merece salientar-se as principais indústrias que são: a do calçado, constituída por 60 oficinas de trabalho manual nas quais se empregam cerca de 600 operários; a indústria de artigos de palmo, pita e espacto que, no seu maior volume, caseira, emprega mais de 3.000 pessoas na confecção das conhecidas esteiras, alcofas, ceirões, capachos, chapéus, cestas e bolsas. São ainda conhecidos os oleiros de Loulé, indústria que por falta de técnicos instruídos, parece não acompanhar as suas congéneras espalhadas por todo o país.

Outra, a zona serrana, compreendendo os restantes concelhos:

Castro Marim	296,92 K
Aljezur	335,44 »
Monchique	569,00 »
Tavira	589,12 »
Silves	693,20 »
Loulé	775,48 »

Como se vê nos respectivos números, só Loulé e Silves ocupam $\frac{1}{3}$ da extensão do Algarve sendo maioria os 9 concelhos marítimos; são estes os maiores concelhos, seguidos de perto por Tavira e Alcoentre. Estes quatro concelhos, que classificamos de grandes tornam-se pequenos se notarmos que só o alentejano e o concelho de Odemira ocupam uma extensão superior a $\frac{1}{3}$ da superfície do Algarve. Esta pequena reflexão ajuda-nos a fazer ideia da escala dos números algarvios.

As zonas da geografia do Algarve

Um estudo minucioso sobre os concelhos poderia vir a oferecer interessantes conclusões:

A orografia e a geografia têm papel importante na distribuição geográfica das zonas agrícolas de várias culturas, das zonas industriais, das zonas piscatórias, e das citadinas. Nas lezírias dos rios Guadiana, Arade, Gilão e muitos outros cursos de água permanente, as afamadas hortas algarvias podem abastecer não só o Algarve, mas até as variadas praças da Capital onde os produtos algarvios são apreciados, não só pela novidade mas sobretudo pela qualidade e variedade.

Quem viaja de Vila Real de Santo António a Alzejur tem o prazer de contemplar, na parte baixa do Sul uma das regiões mais férteis do país. Toda esta planície farta de hortas e pomares verdejantes é conhecida pela zona média da província. Nela predomina a agricultura intensiva e juntamente com uma pequena indústria florescente

---

(3) O movimento comercial e de pesca do seu Porto situam-no logo a seguir a Lisboa, Leixões e Setúbal, movimentando em 1957:

165.000 contos de exportação
12.000 contos de importação
34.000 contos de pescado
o que excede os 210.000 contos de valor comercial.

Estão matriculados 884 embarcações sendo 600 à vela e a remos e 184 com motor, que atingem uma tonelagem global de 4.245 toneladas... Cerca de 1.400 pescadores aqui exercem a sua actividade, colocando Portimão entre os mais importantes portos de pesca do país, ocupando o 3.º lugar como porto de pesca de sardinha com 27.000 contos de sardinha desembarcada em 1957.

Como centro conserveiro, Portimão situa-se ao lado de Olhão e Vila Real de Santo António, pois conta com 23 fábricas que laboraram durante o ano de 1957 um total de 6.161 toneladas de conservas com um valor superior a 128.000 contos, situando-o assim em 4.º lugar, depois de Matozinhos, Olhão e Setúbal. Durante o mesmo ano o número de operários ocupados pelas fábricas ascendeu a 3.284, entre homens e mulheres que receberam de salários 16.876 contos.

formam-se grandes aglomerados urbanos, como Tavira, Lagoa, Loulé, Silves e outras. De todos estes centros urbanos irradia grande quantidade de casario formando sucessivos lugares que parecem não despegar, e o seu tamanho varia consoante o local; isto é, crescendo ou diminuindo consoante estão juntos duma estrada de grande ou pequeno movimento, caminho de ferro; se o solo é de situação privilegiada ou não.

Esta zona média, bem como a sua continuação pela região litoral, são as regiões do tipo de população concentrada, bem distinta da região serrana onde a população vive nìtidamente mais dispersa.

Se alguns concelhos abrangem as três regiões indicadas, muitas outras há, se não a maioria que compreendem extensões incluídas nas duas zonas, média e litoral. Esta apenas se distingue daquela, por se localizar na faixa marítima pròpriamente dita, onde encontramos ao lado de grandes centros comerciais importantes núcleos industriais, como:

Vila Real de Santo António que vive exclusivamente do mar — pesca e conservas, para tanto concorre a circunstância de possuir o melhor porto do Sul do país; uma frota de pesca das mais modernas e eficientes com um enorme raio de acção, pois vão pescar às águas mediterrâneas.

Tavira além das fábricas de conservas possui as maiores companhias da pesca do atum.

Lagos e Olhão igualmente se afiguram como centros industriais de pesca e conservas e de acentuado comércio.

Portimão, ainda hoje chamado pelas pessoas de mais idade «Vila Nova de Portimão», mostra bem ao vivo o seu progresso adquirido nos últimos anos. Prova disso são os seus vários bairros novos e a crise de habitações com que luta.

É na região litoral que fica também a capital da província, Faro, maior centro populacional do Sul está ligado a todos os demais importantes centros populacionais por muitas e boas estradas e bem servido pelo caminho de ferro.

Tanto a zona litoral como a média goza de excelentes comunicações, o que muito contribui para o seu desenvolvimento nos vários sentidos.

A parte serrana, onde os campos são menos férteis, as comunicações mais difíceis, o povoamento é por conseguinte distinto. Com dificuldade se vêem centros populacionais superiores a 1.000 habitantes. Aqui os concelhos são mais extensos, mas com menos lugares, no qual pequenos situando-se nos vales ou encostas e ainda junto às estradas, como é típica a região de Alportel.

A não ser o caso de Monchique onde a situação geográfica é privilegiada, pois a densa arborização e a abundante água fazem dela um lugar à parte, quase toda a serra algarvia é pobre e deserta, vincando assim os limites naturais do Algarve.

Nos concelhos nortenhos predomina a cultura dos cereais e os legumes no fundo dos vales, mas em condições paupérrimas o que faz com que os seus naturais se desloquem no Verão à procura de trabalho no Alentejo — ceifas — e para a região de Alcácer do Sal no tempo das mondas do arroz.

Como consequência do que fica dito é fácil concluir que todos os concelhos de maior densidade ficam na orla marítima sul tais como:

Vila Real de S.to António	240 %	Lagoa	144 %
Olhão	222 %	Portimão	129 %
Faro	162 %		

O facto de não estarem incluídas entre as mais densas as faixas costeiras correspondentes a Tavira, Silves e Loulé, explica-se além doutras razões, pelo facto destes concelhos serem os maiores do distrito, abrangendo grandes áreas do Norte pouco povoadas e possuindo poucas freguesias das zonas média e sul pròpriamente ditas.

Torna-se interessante a distribuição das áreas dos concelhos em toda a Província.

Verificamos que o Norte é a região das grandes divisões administrativas, sendo pelo contrário, toda a vila marítima bastante dividida. Esta ordenação administrativa do território é contudo normal, visto seguir a tendência das maiores densidades. Só é de lamentar que estejam englobadas num mesmo concelho, freguesias marítimas e serranas, como já se notou atrás porque esta junção dificulta o estudo mais pormenorizado destes dois possíveis sectores de população.

Os grandes centros populacionais

Como era de esperar os centros com mais de 10.000 habitantes estão junto do mar, não tendo em contrapartida, a zona serrana excepto Monchique nenhum centro populacional que atinja os 2.000 habitantes. (5)

Os grandes centros populacionais em 1950 eram os seguintes:

Faro	17.659	Lagos	7.048
Olhão	16.583	V. Real de S.to António	5.973
Portimão	11.950	Loulé	6.532
Tavira	7.608	Silves	4.361

O concelho mais populoso era o de Loulé com 50.499 almas.

Estes números permitem-nos para já concluir que o Algarve é semelhante às regiões de demografia média do País. Esta conclusão vem-nos da sua densidade, da extensão dos seus concelhos e respectivo povoamento.

O Algarve está em nítido decrescimento da evolução demográfica.

Uma visão retrospectiva sobre o censo de 1900 apresenta-nos a população presente do Algarve como sendo respectivamente de 254.851 pessoas. Assim a população do distrito cresceu na razão de 10 a 15 por cento em relação ao apuramento de 1840.

Entretanto nos distritos de Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Viseu, Beja a sua população cresceu na proporção de menos de 5 % e nos distritos de Braga, Aveiro, Guarda, Coimbra, Castelo Branco e Évora subiu de 5 a 10 %. Superior a 15 % só há o distrito de Lisboa. (7)

Basta dizer que no decénio de 1940-1950 o aumento da população presente foi apenas de 2,5 % ou sejam 8.343 almas.

---

(4) Embora a homogenidade não seja condição para a boa convivência, contudo o contraste dificulta bastante o estudo duma determinada região.

(5) Monchique 12.160 habitantes, está em decrescimento.

(6) O Algarve não levanta o problema dos grandes centros urbanos, nem os das zonas de grande dispersão, visto haver uma grande homogenidade e equilíbrio que vem de ter zonas contrastadas sem serem no entanto extremas.

(7) Baptista Lopes — segundo um mapa publicado na sua corografia em 1900.

Esta situação demográfica não é porém uniforme em todo o Algarve. Se há regiões onde a população cresce mesmo assustadoramente, muitas outras há em que o saldo demográfico é negativo e a maioria da população estacionário.

Olhando-a certo da evolução demográfica, curiosas observações se podem verificar.

A grande mancha de freguesias com saldo demográfico negativo, situa-se na zona serrana e também na parte média, conhecida por — montanheira.

Na faixa costeira, porém, aparecem como saldo negativo as freguesias de:

Budens	5,2 %	Porches	7,1 %
Lagoa	6,5 %	Luz (Lagos)	13,6 %

fazendo assim excepção à zona marítima que se caracteriza como zona de nítido crescimento.

A percentagem das restantes freguesias da população deficitária vai, como se observa no cartograma, até 11,2 % S. Brás; 12,1 % Querença.

Na zona de crescimento populacional, destacada nìtidamente e toda a faixa litoral, à excepção dos casos acabados de citar, algumas freguesias merecem especial atenção, em virtude das percentagens que apresentam.

Quelfes	55,0 %	S. Tiago (Tavira)	26,3 %
Alcantarilha	26,6 %	Quarteira	24,0 %

Os concelhos onde maior se notou o aumento global foram

Portimão	13,7 %	Vila Real de S.to António	13,0 %

Na zona serrana surpreende-nos S. Marcos com um aumento de 26,3 %, cuja explicação se encontra na fertilidade de seus campos, pela passagem do caminho de ferro e pelo seu comércio.

Não admira, portanto, que das 71 freguesias do Algarve 30 tenham apresentado palpitante diminuição efectiva da população no decénio 1940-1950 e 26 freguesias tenham tido um aumento inferior à média do crescimento da população portuguesa (9,4 %).

É digna de consideração a afluência de algarvios para as regiões industriais do País, mas de modo notável para o distrito de Setúbal.

É notória a grande concentração de algarvios na região do Barreiro, onde a sua presença se tem acentuado nos últimos anos.

São antigas as vozes algarvias nos arredores da capital, até a banda quer que o Barreiro tenha sido fundado por uma colónia algarvia nos tempos do «barco à vela».

Não deixa de ser considerável a transferência das fábricas de cortiça de Silves, S. Brás, Portimão, etc., para junto do Tejo, nomeadamente em Alhos-Vedros, onde o ano passado encontrámos várias fábricas ocupadas exclusivamente por algarvios e isto na ordem das centenas. Todos os industriais corticeiros do sítio são do Algarve e o número de fábricas até agora estabelecidas é da ordem das dezenas.

Isto é, da maioria das freguesias algarvias constantemente está a sair gente em procura de melhores condições de vida. Apenas 15 freguesias mostram crescimento populacional. A linguagem destes números é expressiva, dispensa comentários e não é preciso ser-se muito arguto para vislumbrar uma boa soma de problemas de ordem social e religiosa que eles implicam. Muitos lares se desfazem devido à ausência do marido, quantos pais privados de qualquer amparo e que dizer de tantos filhos em que toda a sua educação se faz sem o cuidado e devido lugar do pai?

O êxodo dos campos é um fenómeno hoje verificado universalmente. Os Algarvios orgulhando-se de seus antepassados, primeiros «nas descobertas de novos mundos» não ficam indiferentes a tal realidade.

Ao lado dos homens do mar, grande quantidade dos obreiros do interior se lança à busca de melhores condições, partindo para o Estrangeiro nomeadamente para o Norte de África, América e não menos para o nosso Ultramar.

Júlio Tropa

CRÓNICA

No dia 31 de Maio foi a despedida dos finalistas, festa grande como sempre cá em casa. De manhã na Santa Missa fizeram a sua oblação os que chegaram ao fim; o Sr. Vice-Reitor em pequena homilia falou do significado que tem para a Igreja, particularmente para a Igreja de Lisboa a despedida de mais um curso que atingiu o fim. São mais alguns obreiros que vão trabalhar para a Vinha do Senhor que deles tanto necessita. Pena é serem tão poucos que não chegam para atender às mais urgentes necessidades da Santa Igreja. O Patriarcado conta no fim de cada ano mais cerca de trinta mil almas para as quais recebe entre dez e quinze padres. Estamos contìnuamente a perder terreno; é a «África às portas de Lisboa». Mesmo sendo poucos, ao recebê-los a Santa Igreja exulta, porque são mais alguns.

No Seminário respirava-se um ambiente de alegria e fraternidade. O corredor dos finalistas inundado de música, estava ornamentado com gosto pelos terceiranistas; ao centro um grande crucifixo dava a razão de ser desta festa que é a mesma de toda a vida do Seminário. À porta de cada finalista um outro crucifixo oferta do Seminário aos seus filhos que vão partir.

O almoço decorreu num tom familiarmente alegre; um dos mais novos, o José Joaquim Diniz dirigiu aos mais velhos a costumada saudação. Em nome destes agradeceu o José da Silva, ao Seminário tudo o que dele os finalistas receberam.

À tarde a sessão solene realizou-se ao ar livre na escadaria da fachada do Seminário; em representação de Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca, que se encontrava doente, presidiu o Sr. Arcebispo de Mitilene. O José Magalhães saudou os finalistas e o Rev. Fernando Micael fez o discurso de despedida. Seguidamente foi representada a peça: «Assassínio na Catedral» de T. Elliat que põe diante de nós o martírio de S. Tomás Arcebispo de Cantuária. A Sessão solene pôs termo à festa dos finalistas.

Precisamente oito dias depois, outra festa teve lugar. Foi a dos que sairam desta casa para outros caminhos que não o do Sacerdócio, mas que são também caminhos de Deus; os ex-seminaristas ou então, os antigos seminaristas como um deles dizia preferir. Tendo deixado esta casa não deixaram contudo de lhe ser queridos nem ela deixou de os considerar seus filhos. No almoço de confraternização, o Dr. Orlando saudou-os em nome do Seminário e chamou-lhes a atenção para a «acies ordinata» que é a Acção Católica onde a sua presença seria indubitàvelmente proveitosa para eles e para a Santa Igreja. Um deles agradeceu a saudação e fez um veemente apelo à nossa generosidade lembrando-nos a grande necessidade que o mundo tem de ser redimido.

O Sr. Vice-Reitor disse da alegria do Seminário em ver junto a si os que foram seus, e do carinho e cuidado que merecem a Sua Eminência os antigos seminaristas.

Em sessão familiar realizada na parte da tarde no ginásio, representou-se o «Tufão sobre o cainne». S. Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo de Tiava que presidiu, disse palavras carinhosas de incitamento aos que deixaram por um dia a vida do mundo para virem dentro das paredes do Seminário recordar tempos passados e renovar forças para prosseguir na luta contra o reino de Satanás.

No mês de Junho tivemos o nosso passeio que se realizou nos dias 10 e 11. Foram dois dias realmente bem passados apesar do calor que em todo o percurso nos flagelou. Visitamos demoradamente a histórica Vila Viçosa, Santuário da Padroeira de Portugal. Aí almoçamos no dia dez. Nesse mesmo dia fomos per-

noitar a Portalegre em deliciosa camaradagem com os alunos do Seminário Maior desta diocese que nos receberam cantando: «Quanta paz e quanto bem, quanta alegria nos vem de vivermos como irmãos». Foram momentos inolvidáveis os passados no Seminário de Portalegre donde saímos logo após o almoço direitos a Marvão.

Aqui pràticamente terminou o nosso passeio ao recebermos a notícia da morte de cinco colegas nossos do Seminário de Santarém. Depois de Marvão só nos detivemos para merendar no campo de manobras em S. Margarida que visitámos demoradamente. Daqui seguimos para Santarém que fomos encontrar inundada pela dor e pela tristeza. Cinco colegas nossos haviam nessa mesma manhã voado das águas traiçoeiras do Tejo para a eternidade. A consternação era geral. À cabeceira de cada um dos defuntos estavam as famílias banhadas em pranto de que participavam os superiores e alunos, aos quais nos fomos nós também associar ainda que por poucos instantes, pois era tarde quando chegámos e urgia partir para os Olivais. Aqui celebramos no dia seguinte, solene missa de «Requiem» em sufrágio daqueles nossos irmãos mais novos que heròicamente sacrificaram a própria vida para salvar a de um seu colega.

Chegados ao fim do ano, a Academia de S. António tratou de eleger o novo presidente em cujas mãos estarão no próximo ano os destinos da Academia e da «Novellae Olivarum».

O eleito foi o João Seabra que no dia 28 tomou posse do novo cargo, na presença do Sr. Vice-Reitor e demais membros da Academia.

A fechar o ano vêm sempre os temerosos exames finais, que estamos aguardando com certa ansiedade pois eles é que em parte ditam a sorte do ano inteiro. Depois vem o repouso de quase três meses que embora parecendo longo se passa num abrir e fechar de olhos.

Diamantino Marques

FUNDADA EM 1756

«Cenáculo»

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO
Rua das Flores, 69

LISBOA
Praça dos Restauradores, 14

ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

VATICANO

Casa Ruvina

RUA FORMOSA, 173 — PORTO

C. SANTOS

LANIFÍCIOS

SORTIDO COMPLETO DE LANIFÍCIOS PARA O REV.mo CLERO
SEMINARISTAS, COLEGIAIS, ETC.
QUALIDADES PARA TODOS OS PREÇOS.
EXCLUSIVOS - SECÇÃO DE CACHECÓIS E LANIFÍCIOS DE COR
DESCONTOS E PRAZOS

COVILHÃ

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto

PORTO
RUA INFANTE D. HENRIQUE

LISBOA
ROSSIO, 93-2.º

PARAMENTARIA



CASULAS ● DALMÁTICAS

CAPAS ● VÉUS ● ESTOLAS

PAVILHÕES DE SACRÁRIO

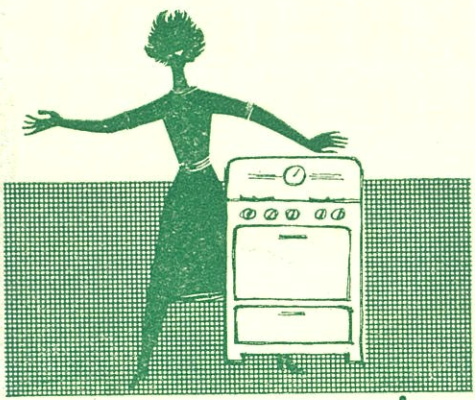
EXCLUSIVOS EM SEDAS E GALÕES LITÚRGICOS

Alpha et Omega

BAPTISTA & PADILHA, LD.ª

R. das Portas de St.º Antão, 76-2.º **LISBOA 2**

na cosinha



use

GAZCIDLA

uma chama viva onde quer que viva

o melhor
combustivel
doméstico

